

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

BRUNA DE LIMA BARROS CANDIDO

**CASO GOMES LUND E OUTROS: A POSIÇÃO DO STF EM FACE DA
SENTENÇA DA CIDH**

**JOÃO PESSOA
2019**

BRUNA DE LIMA BARROS CANDIDO

**CASO GOMES LUND E OUTROS: A POSIÇÃO DO STF EM FACE DA
SENTENÇA DA CIDH**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Fredys Orlando Sorto

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C217c Candido, Bruna de Lima Barros.

Caso Gomes Lund e Outros: a posição do STF em face da
sentença da CIDH / Bruna de Lima Barros Candido. - João
Pessoa, 2019.

72 f.

Orientação: Fredys Sorto.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Lei de Anistia Brasileira. STF. CIDH. I. Sorto,
Fredys. II. Título.

UFPB/CCJ

BRUNA DE LIMA BARROS CANDIDO

**CASO GOMES LUND E OUTROS: A POSIÇÃO DO STF EM FACE DA
SENTENÇA DA CIDH**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Fredys Orlando Sorto

DATA DA APROVAÇÃO: 23/04/2019.

BANCA EXAMINADORA:



**Prof. Dr. Fredys Orlando Sorto
(ORIENTADOR)**



**Prof.ª Dr.ª Alessandra Correia Lima Macedo Franca
(AVALIADORA)**



**Prof.ª Ms.ª Ana Carolina Monteiro Lins de Albuquerque e Souto
(AVALIADORA)**

RESUMO

A Ditadura Militar deixou marcas inesquecíveis nas vítimas feitas pelo Estado e seus familiares, bem como na sociedade brasileira que carrega em si o peso de um regime de exceção, contudo, essas marcas formam uma memória falha e obscura, que não foi esclarecida e ainda não alcançou a verdade. O processo de transição brasileiro do regime militar para o democrático foi acompanhado pela ignorância das violações dos direitos humanos e pela falta de responsabilização daqueles que as cometeram, porque a Lei de Anistia preferiu encobrir as atrocidades e esquecer o passado na falsa impressão de troca necessária da justiça para se instalar a democracia. Diante disso, o STF foi questionado sobre a validade da Lei nº 6.683/79 pela OAB na ADPF nº 153/79, optando por mantê-la no ordenamento jurídico nacional, todavia a CIDH também se manifestou sobre a mesma lei ao julgar o Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, declarando a incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção Americana e ainda responsabilizou o Brasil por não cumprir a adequação de suas normas internas ao Pacto de São José da Costa Rica. Além disso, a CIDH estabeleceu obrigações a serem cumpridas pelo Estado brasileiro como forma de reparação, sendo este obrigado a cumpri-las por ter assumido o dever de obedecer a Convenção Americana, e mais do que respeitar, tem que garantir efetivamente os direitos humanos nela estabelecidos. Esse resultado divergente entre as sentenças proferidas pela Corte Interamericana e pelo Supremo Tribunal é um reflexo do descompasso entre o direito interno e o internacional, e para evitar esses conflitos de normas, é necessário que o Estado Parte de um tratado internacional se adeque a ele ao subscrevê-lo, a harmonização das normas domésticas com as internacionais devem ser feitas para aprimorar o direito como um todo para buscar a construção de um sistema normativo eficiente na proteção de direitos humanos. Assim, em caso de incompatibilidade das leis internas com as normas internacionais, deve prevalecer aquela que seja mais benéfica na proteção dos direitos humanos, ou seja, se aplica a norma mais favorável à pessoa humana.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Transição. Lei de Anistia brasileira. STF. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. CIDH. Convenção Americana. Direitos humanos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 O EPISÓDIO DA GUERRA DO ARAGUAIA DENTRO DA CONJUNTURA DA DITADURA MILITAR E A CONSEQUENTE LEI DE ANISTIA BRASILEIRA	9
2.1 Contexto da Guerrilha do Araguaia	9
2.2 A Lei nº 6.683 de 1979: manto protetor dos agentes estatais	13
3 A LEI DE ANISTIA BRASILEIRA ANALISADA SOB A PERSPECTIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADPF Nº 153/DF	23
3.1 Objetivos e argumentos da petição inicial protocolada pela OAB	23
3.2 A decisão do STF sobre a ADPF nº 153/DF	27
4 A APRECIÇÃO DA LEI DE ANISTIA BRASILEIRA NO JULGAMENTO DO CASO GOMES LUND E OUTROS (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”) VS. BRASIL	35
4.1 Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil.....	35
4.2 A sentença proferida pela CIDH	39
5 O EMBATE ENTRE O DIREITO INTERNO BRASILEIRO E O DIREITO INTERNACIONAL DA CORTE INTERAMERICA DE DIREITOS HUMANOS	50
5.1 O Voto Fundamentado do juiz <i>ad hoc</i> Roberto De Figueiredo Caldas como crítica ao comportamento do STF	50
5.2 Incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com os tratados internacionais de direitos humanos	52
5.3 Caráter obrigatório do cumprimento da sentença da CIDH pelo Estado brasileiro	57
5.4 A prioridade da aplicação do direito mais favorável à pessoa humana.....	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por um período de transição com a passagem do Regime da Ditadura Militar (1964-1985) para o regime democrático, entretanto uma das medidas adotadas pelo governo para garantir essa mudança foi a criação da Lei nº 6.683/79, conhecida como Lei da Anistia, que concedeu anistia a todos aqueles que tivessem cometido crimes políticos ou com eles conexos, no período entre 02 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979.

A inclusão de crimes conexos na Lei da Anistia serviu como uma autoanistia do Estado brasileiro, já que beneficiou os seus próprios agentes estatais que praticaram torturas, desaparecimentos forçados, execuções sumárias extrajudiciais, entre outros crimes. Vale ressaltar, que isso ocasionou a impossibilidade de investigação e responsabilização penal desses agentes pelas graves violações de direitos humanos praticados durante o regime militar no Brasil.

Como já foi mencionado, embora a lei em questão tenha sido vista como necessária para viabilizar a transição, ela acaba se apresentando como uma barreira no levantamento e reparação das transgressões aos direitos humanos que aconteceram durante esse período do Estado de exceção.

Diante da impunidade dos responsáveis pelas violações de direitos humanos na Ditadura Militar, percebe-se que o Estado brasileiro não está contribuindo para uma efetiva reparação, já que seu objetivo maior com a autoanistia foi o esquecimento, em vez de resolver o problema para evitar repetição e reforçar as bases democráticas do país.

Inclusive, por esse descaso do Estado brasileiro para esclarecer seu passado autoritário e violento em relação aos Direitos Humanos durante seu regime de exceção, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos foi provocada a se manifestar sobre a época de transição brasileira por meio do "Caso Gomes Lund e Outros (Guerrilha do Araguaia) *versus* Brasil", sentenciando a contrariedade da Lei da Anistia em relação a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a responsabilização do Estado do Brasil pelas violações praticadas durante o regime da Ditadura Militar.

Em contrapartida, o STF se pronunciou a favor da constitucionalidade da Lei da Anistia no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, preservando sua existência no ordenamento jurídico brasileiro. Respalado

por tal posicionamento, o Estado brasileiro optou por um cumprimento parcial da sentença da CIDH.

Diante do exposto, fica evidenciada a divergência entre a ordem jurídica internacional e a ordem jurídica nacional, que se mostra como um empecilho para efetiva proteção do indivíduo como centro do sistema jurídico.

É perceptível diante da incongruência dessas duas sentenças, o descompasso entre o sistema normativo internacional e doméstico, havendo a necessidade de uma harmonização da política- jurídica externa e interna. Diante do exposto, fica determinado o seguinte questionamento para ser analisado no decorrer desta pesquisa: em matéria de direitos humanos, havendo conflitos entre os tratados internacionais e as normas internas, a prática jurídica brasileira deve ser de considerar a hierarquia da norma ou sempre preponderar a norma mais favorável à pessoa humana?

O STF mesmo tendo conhecimento da tendência jurisprudencial internacional de considerar incompatíveis as leis em matéria de anistia dos Estados que passaram por regimes de exceção em relação aos tratados internacionais de direitos humanos, e sabendo que a lei da anistia brasileira já estava sendo discutida pela CIDH no Caso Gomes Lund, optou por antecipar o julgamento da ADPF nº 153, assumindo o risco de emitir uma decisão que contrariasse a jurisprudência da Corte Interamericana.

Além disso, o Estado brasileiro utilizou do próprio posicionamento jurisdicional interno para não cumprir uma sentença internacional, mesmo sendo uma obrigação decorrente de um compromisso assumido perante a comunidade internacional.

O exposto tema foi escolhido diante da dificuldade da abrangência do direito interamericano no ordenamento jurídico brasileiro, na tentativa de se buscar uma compreensão da prevalência de decisões que priorizem os Direitos Humanos em detrimento da soberania judiciária nacional do Estado Brasileiro.

Por isso, será analisado através do Caso Gomes Lund, o embate entre a perspectiva da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o posicionamento do STF na ADPF nº 153 sobre a Lei da Anistia Brasileira; será verificado a incompatibilidade político-normativa da Lei da Anistia Brasileira com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ratificada pelo Brasil, podendo compreender o conflito existente na aplicação do Direito Internacional no âmbito do direito doméstico Brasileiro.

Na realização da presente pesquisa, foi utilizado o método de abordagem indutivo, porque foi recorrido a um caso particular para se alcançar uma generalização, ou seja, a partir da averiguação de informações particulares se obteve uma conclusão geral.

Como método de procedimento, foi usado o método criado por Le Play, conhecido como método monográfico ou estudo de caso, que tem o objetivo de a partir do estudo de um caso, criar a compreensão do conjunto geral, ou seja, por meio da examinação de um caso é possível obter um resultado que represente os casos similares. E também o método hermenêutico já que consiste numa pesquisa jurídica baseada na interpretação de normas, decisões judiciais e estudo de caso.

A técnica de pesquisa empregada para a construção deste trabalho foi a teórica, já que este estudo se deu por meio da apuração de um conjunto bibliográfico, como artigos, revistas, livros, sentenças jurídicas e outros documentos na busca da compreensão da problemática em questão. Com a pesquisa bibliográfica há a tentativa de entender o problema através da análise de dados e conteúdo de pesquisas anteriores de outros autores que foram registradas e servem como fonte de informações para novas pesquisas.

Este trabalho, além da introdução e conclusão, terá seu desenvolvimento composto por quatro partes. No primeiro capítulo, será narrado o episódio da Guerra do Araguaia e de que maneira ela se insere na conjuntura da Ditadura Militar, culminando com a Lei de Anistia Brasileira (Lei nº 6.683/79), lei que representou uma espécie de manto protetor dos agentes representantes do Estado brasileiro durante o regime de exceção.

Em seguida, o segundo capítulo apresentará como a Lei de Anistia brasileira foi interpretada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADPF nº 153/DF, cuja petição inicial fora protocolada pela OAB.

Sucedido pelo terceiro capítulo que narra o que foi o Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil e de que forma a Lei de Anistia Brasileira é apreciada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, finalizando com uma análise da sentença proferida pela CIDH.

Por último, o quarto capítulo traz o embate entre o direito interno e o direito internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos, discorrendo sobre o voto fundamentado do juiz *ad hoc* Roberto de Figueiredo Caldas como uma crítica ao comportamento do STF, a incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com os

tratados internacionais de direitos humanos, o caráter obrigatório da sentença da CIDH pelo Estado brasileiro e a prioridade da aplicação do direito mais favorável à pessoa humana.

2 O EPISÓDIO DA GUERRA DO ARAGUAIA DENTRO DA CONJUNTURA DA DITADURA MILITAR E A CONSEQUENTE LEI DE ANISTIA BRASILEIRA

Durante o período político brasileiro da Ditadura Militar (1964-1985), ocorreu um episódio inesquecível da trajetória brasileira: a Guerrilha do Araguaia. Esse evento foi marcado por graves violações de direitos humanos que perduram fazendo vítimas até hoje. Porque no final do regime ditatorial foi elaborada a Lei nº 6.683/79, que fundada na aparente troca imprescindível da justiça pela paz, impediu as vítimas e seus familiares de buscarem a investigação e punição dos criminosos, como também obstaculizou a reparação dos danos e esclarecimento dos fatos.

2.1 Contexto da Guerrilha do Araguaia

O cenário brasileiro nem sempre foi democrático, o Brasil já enfrentou tempos em que a participação e opinião popular inexistiam ou melhor até poderiam existir um posicionamento dos cidadãos desde que estivesse alinhado com o interesse do governo autoritário que dirigiu o país, caso contrário, tais pensamentos eram reprimidos de forma violenta durante os anos do regime de exceção brasileiro, conhecido como Ditadura Militar (1964-1985).

Esse período em que se estabeleceu no Brasil uma autocracia cujo poder estatal estava concentrado nas mãos de militares foi marcado pelo cerceamento de liberdades civis¹: supressão de partidos políticos e direitos constitucionais, censura aos meios de comunicação e manifestações populares, perseguição aos opositores políticos, ou seja, qualquer traço democrático foi extinguido na atuação daqueles que conduziam o Estado brasileiro:

[...] O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada, foram suspensos os direitos individuais, inclusive o de habeas-corpus. O Conselho

¹ A repressão chegou ao seu apogeu na segunda fase da Ditadura Militar, em dezembro de 1968, com o decreto AI-5 (Ato Institucional nº 5), iniciando o período que ficou conhecido como “anos de chumbo”. Segundo as informações do Relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a partir da decretação do AI-5, o número de casos de mortes e desaparecimento de opositores políticos que chegaram até a CEMDP para serem avaliados referente ao ano 1969 dobrou em relação ao de 1968, subiu em 1970 e atingiu o auge de 1971-1973. Ainda é relatado que o sistema de repressão acabava funcionando como um poder paralelo ao estatal, mas que era protegido pelo AI-5 e pelas autoridades militares.

de Segurança Nacional teve seus poderes ampliados e a chamada Linha Dura assumiu o controle completo no interior do regime [...]².

Como reflexo dessa repressão, destaca-se um acontecimento marcante da história do Brasil até a entrada do regime democrático: a Guerra do Araguaia. Este acontecimento representa todas as máximas negativas das características da Ditadura Militar, foi um ato de covardia e violência do governo contra um grupo que possuía ideias contrárias ao sistema político vigente:

Assim, os órgãos de repressão podiam dispor sobre a vida e a morte dos presos políticos. Não necessitavam de nenhuma justificativa para seus atos. Prendiam, torturavam, executavam e faziam desaparecer os corpos das vítimas, sem dar satisfação a tribunais, advogados, familiares, amigos e a nenhum setor da sociedade civil. As próprias leis institucionais do regime eram violadas rotineiramente. A perpetuação do sofrimento dos familiares e a incerteza sobre o paradeiro de seus entes queridos levaram a uma situação de prolongada insegurança. Foi uma outra forma de tortura permanente, levada a cabo pelo Estado policial³.

A Guerra do Araguaia foi um movimento guerrilheiro⁴ composto aproximadamente por 70 (setenta) pessoas que eram também membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que se direcionaram para Região do Bico do Papagaio, se estabelecendo às margens do Rio Araguaia entre 1972 a 1974. Destaca-se, que vários desses militantes já tinham sido presos ou eram acusados de participar da luta clandestina contra o regime:

Entre 1972 e 1974, num território paraense hoje bastante desmatado, que tem Marabá como principal centro regional, se desenvolveu a chamada Guerrilha do Araguaia. Sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cerca de 70 pessoas, jovens em sua maioria, atuaram em ações de resistência armada ao governo militar⁵.

² BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 26.

³ BRASIL. *Ib idem*. p.48.

⁴ “Nesse quadro, desenhava-se a alternativa da chamada guerra popular prolongada, como o caminho revolucionário que se encontraria de maneira objetiva com as condições brasileiras. A guerra popular prolongada tinha como cenário o interior do país e como massa de soldados os camponeses, o que a aproximava das formulações do PCdoB sobre a questão agrária, uma marca do partido desde 1962. Quando as concepções militares do partido foram formuladas oficialmente, no documento ‘Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil’, militantes comunistas já tinham abandonado as grandes cidades em busca de espaços adequados para a realização do chamado ‘trabalho de massas’ e o treinamento em técnicas de guerrilha rural”. CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I. 2014. p.682. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 15/02/2019.

⁵BRASIL, op. cit., p. 195.

Essa guerrilha tinha o objetivo de influenciar os habitantes locais, principalmente camponeses, a aderirem ao comunismo, fomentando a ideia de sua implantação no Brasil, baseando-se na Revolução Chinesa⁶. Acredita-se que os guerrilheiros conseguiram o apoio de cerca de 20 mil camponeses dessa zona⁷, através da participação na comunidade, especialmente com assistência na saúde e alfabetização.

Durante a permanência desses guerrilheiros nessa localidade, foram realizadas operações militares⁸ por parte do governo para reprimir esse movimento,

⁶ O PCdoB se inspirou no modelo da Revolução Chinesa e por isso, o local escolhido pela guerrilha foi uma zona rural - Bico do Papagaio, já que os ensinamentos de Mao Tsé-tung conduziam para primeiro, conquistar o meio agrário e depois conseguir adeptos socialistas da área urbana para tomar o poder. Aliás, em um documento do CIE, que se tornou público em 1992 através da publicação no Jornal do Brasil (p. 1037), o tenente-coronel Arnaldo Braga chegou a levantar a suspeita do apoio da China comunista ao PCdoB, presumindo que ela mandaria armas aos guerrilheiros do Araguaia.

⁷ “Ainda que tenha formado uma comissão militar, o PCdoB preconizava que ela estivesse subordinada ao trabalho político do partido. Segundo o partido, a luta seria prolongada em função de três características adversas aos revolucionários brasileiros: o predomínio da influência norte-americana, a ausência de um “exército de massas” organizado nos campos e a força dos militares brasileiros, em número de homens e recursos disponíveis. Nesse cenário adverso, os primeiros passos da luta armada no Brasil seriam constituídos pela guerra de guerrilha. Segundo o PCdoB, em diversos momentos da história brasileira houve iniciativas que se aproximavam da guerra de guerrilha, como as lutas nos quilombos (séculos XVII e XVIII), a Cabanagem (1835-40), a guerra de Canudos (1896-97) e a guerra do Contestado (1912-16). Nesses casos, sempre se adotou a estratégia de evitar o confronto direto com as forças oficiais e prolongar a sobrevivência, de maneira que a simples continuidade das forças guerrilheiras produzisse adesões e contribuísse para a formação de um exército popular. Em outras palavras, do ponto de vista teórico, o caminho da luta armada no Brasil previsto pelo PCdoB contemplava a formação de pequenos grupos guerrilheiros que atuariam fazendo o chamado “trabalho de massas” nos campos, mobilizando a população e evitando o enfrentamento direto com as forças oficiais. Progressivamente, preconiza o documento, as “massas” adeririam ao movimento revolucionário, permitindo, gradualmente, o combate direto às tropas do governo. Por meio de pequenas ações nas cidades, dispersariam as forças armadas pelo território, até o momento em que conseguissem criar zonas liberadas do controle governamental, de onde avançariam para o resto do país. Justamente por desenvolver-se em várias etapas, a guerra seria prolongada e impossível sem apoio popular maciço. O PCdoB avaliou, em 1966, que, se a “mobilização das massas” em favor da luta armada não ocorresse as chances de sucesso seriam nulas – daí o foco no ‘trabalho de massas’.” CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I. 2014. p.682. (grifo da pesquisadora). Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 15/02/2019.

⁸ A primeira campanha militar para restringir a guerrilha foi no final de março de 1972, os soldados montaram quatro bases militares para fazer o levantamento de informações e mapeamento da área, mas também efetuaram prisões de alguns militantes e camponeses suspeitos de contribuir com os guerrilheiros, e não deixaram de agir com agressividade, causando a morte de pelo menos dois moradores locais; em setembro de 1972, começou a segunda campanha com a instalação de acampamentos, nessa campanha eles tentaram uma abordagem diferente, tentando ganhar a confiança dos habitantes da região. Entre o segundo e o terceiro ataque, os agentes fizeram uma expedição de inteligência, conhecida como “Operação sucuri” (1973), para investigar detalhadamente o funcionamento e movimento da Guerrilha, obtendo como saldo a identificação da maioria dos militantes. A última campanha nomeada de Operação marajoara foi a mais violenta de todas, marcado pela tortura e morte de um grande número de guerrilheiros e também pela prisão e espancamento de vários dos camponeses. No início de 1974, cerca de 25 militantes ainda continuavam vivos, já no final do mesmo ano, não havia mais guerrilheiro no Araguaia.

impedindo que saísse da fase preparatória, já que os integrantes foram mortos antes mesmo do início da luta armada:

Sabe-se que, no combate aos guerrilheiros do PC do B, o regime militar empreendeu repetidas campanhas de informação e repressão, mobilizando rotativamente, entre abril de 1972 e janeiro de 1975, um contingente estimado em cifras que oscilam de 3 mil até mais de 10 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, Goiás e Maranhão. Os embates entre forças repressivas e guerrilheiros causaram a morte da maior parte dos integrantes do PCdoB na área, representando a metade do total de desaparecidos políticos no Brasil⁹.

Vale ressaltar, que na época esse fato não teve tanta repercussão, já que esses combates militares foram realizados de forma escondida, privando a sociedade e a imprensa de qualquer informação. Há indícios e relatos que os militares identificaram e fotografaram os militantes executados, todavia presumia-se que todos os registros e corpos das vítimas tinham sido queimados, dificultando o esclarecimento desse evento obscuro, mas tal proposição sofreu refutamento após ser encontrado e identificado o corpo da guerrilheira Maria Lúcia Petit¹⁰ que estava desaparecida:

No final de 1974, não havia mais guerrilheiros no Araguaia. As Forças Armadas não quiseram deixar nenhum vestígio da operação. Há informações de que corpos de militantes sepultados na selva foram desenterrados e queimados. Há relatos de que alguns corpos teriam sido atirados nos rios da região. O governo militar impôs silêncio absoluto sobre os acontecimentos do Araguaia. Proibiu a imprensa de dar notícias sobre o tema, enquanto o Exército negava a existência do movimento. Em janeiro de 1975, segundo um oficial da Aeronáutica, Pedro Corrêa Cabral, teria sido feita uma 'operação limpeza'. Em 19 de outubro de 1993, a revista *Veja* publicou matéria com Cabral – capitão na época da guerrilha –, que teria pilotado um helicóptero transportando corpos desenterrados em Bacaba para incineração no topo da Serra das Andorinhas¹¹.

⁹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 195.

¹⁰ “A partir de 28/04/1996, o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens sobre o conflito do Araguaia. As matérias trouxeram fotos inéditas de guerrilheiros presos e mortos, informando ainda sobre a localização de sete cemitérios clandestinos. Com base nisso, os familiares solicitaram à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, recém-instalada, uma investigação abrangente. Na reportagem de *O Globo*, Laura Petit, irmã de Maria Lúcia Petit da Silva, a identificou na foto de uma jovem morta, envolta em pára-quedas. Com os dados da foto, os legistas da Unicamp retomaram as investigações e identificaram a ossada exumada em 1991 como sendo de Maria Lúcia Petit, morta em 16/06/1972.” BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 200.

¹¹ BRASIL. *Op. cit.* p. 199.

A Guerra do Araguaia continua sendo uma incógnita tanto para as famílias dos militantes “desaparecidos” quanto para a sociedade brasileira, porque apesar de ter acabado a Ditadura Militar, não foram desvendados todos os problemas e atrocidades ocorridos durante esse período, inclusive, porque foi uma escolha do próprio Estado brasileiro esquecer os acontecimentos dessa fase mediante a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79), na tentativa de superar o regime de exceção e fazer a transição para uma política democrática.

Talvez ignorar a realidade dos fatos não tenha sido uma das atitudes mais sensatas do governo pós-ditadura no Brasil, já que o esquecimento não é a melhor medida para se evitar a repetição da história e nem é a conduta intrínseca do ser humano diante de algo marcante e confuso na sua memória. Como resultado disso, por não ser o natural da pessoa humana esquecer um acontecimento de tamanha complexidade e incerteza, temos esse assunto do passado em recente discussão no cenário jurídico brasileiro¹² e internacional¹³ por continuar sendo uma agressão aos Direitos Humanos:

Ao ingressar no século 21, o Brasil se revela portador de todos os ingredientes de uma verdadeira democracia política. Reúne, portanto, condições plenas para superar os desafios ainda restantes à efetivação de um robusto sistema de proteção aos Direitos Humanos. Não pode temer o conhecimento mais profundo a respeito do próprio passado¹⁴.

Diante da falta de esclarecimento das violências ocorridas na Guerrilha do Araguaia, será abordada a Lei nº 6.683/79 como um dos principais fatores impeditivos do conhecimento da verdade e da realização da justiça, que funcionou e continua se mantendo como uma forma de obstar a investigação e punição dos responsáveis por violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar.

2.2 A Lei nº 6.683 de 1979: manto protetor dos agentes estatais

Desde o início da Ditadura Militar por meio do golpe em 1º de abril de 1964 até o seu fim no dia 15 de março de 1985, o Brasil conheceu uma realidade do

¹² O STF analisou a constitucionalidade da Lei da Anistia Brasileira (Lei nº 6.683/79) na ADPF nº 153/DF.

¹³ A Guerrilha do Araguaia e a Lei da Anistia Brasileira foram o cerne do problema a ser avaliado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil.

¹⁴ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 29.

poder executivo ilimitado comandado por militares que outorgaram uma constituição e dezessete atos institucionais que permitiram a concentração dos poderes em suas mãos e a suspensão de direitos e garantias fundamentais, instalando normas de exceção que feriram múltiplos direitos humanos.

Porque, ao permitir poderes constituintes aos militares, todas as violações de direitos humanos (tortura, censura, desaparecimento forçado, execução dos subversivos, entre outras), embora não fossem explicitamente autorizadas por lei, encontravam respaldos nos Atos Institucionais, na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional nº 1 de 1969, ficando insuscetível de penalização.

Parece um pouco paradoxal, pois mesmo sem o regimento normativo de exceção permitir tais ilegalidades, eles conseguiram usar dessas mesmas normas para encobrir e justificar suas atrocidades, ficando sobre o manto de proteção estatal.

E o fim do regime ditatorial não foi suficiente para trazer a perspectiva de punição, uma vez que qualquer responsabilização dos agentes de Estado foi afastada pela Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79), ou seja, “criou um impedimento processual para que os agentes da repressão viessem a ser, porventura, processados no futuro”¹⁵.

Nos últimos anos do Estado de exceção, o Brasil estava passando por uma fase transacional, promulgando a Lei nº 6.683 em 28 de agosto de 1979 que concedeu anistia aos autores de crimes políticos e conexos¹⁶, que apesar de ter sido uma medida que permitiu o retorno de exilados que eram contra a Ditadura Militar e também a liberdade de opositores políticos que estavam presos, favoreceu muito

15 DUTRA, Deo Campos; LOUREIRO, Sílvia Maria da Silveira. **A declaração de inconveniência da Lei de Anistia brasileira pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)**. Revista dos Tribunais. São Paulo. v.101. n.920. p.183-203. jun. 2012. p. 5. Disponível em: <https://www.academia.edu/35818844/A_DECLARA%C3%87%C3%83O_DE_INCONVENIENCIALIDADE_DA_LEI_DE_ANISTIA_BRASILEIRA_PELA_CORTE_INTERAMERICANA_DE_DIREITOS_HUMANOS_-_NO_CASO_GOMES_LUND_E_OUTROS_VS._BRASIL_GUERRILHA_DO_ARAGUAIA>. Acesso em: 01/12/2018.

16 Conforme § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79, crimes conexos são aqueles de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. “O conceito de crimes conexos incluído na Lei de Anistia acabou sendo utilizado para beneficiar os agentes envolvidos em práticas de tortura, desaparecimentos e assassinatos, impossibilitando a investigação e responsabilização penal dessas graves violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura”. TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014. p. 175. (grifo da pesquisadora)

mais os militares que tinham praticado diversas violações dos direitos humanos e que iriam ficar impunes:

Depois de 15 anos de vigência deste Estado de exceção, em que os militares passaram a controlar os demais poderes do Estado e os opositores já haviam sido em sua maioria perseguidos (presos, torturados, exilados, demitidos, cassados, censurados etc.) e intimidados, foi promulgada, em 28.08.1979, com apoio relevante da sociedade civil e papel proeminente da OAB, da ABI e da CNBB, a Lei 6.683, que conferia anistia ampla, geral e irrestrita anistia para os todos os autores de crimes políticos e conexos, bem como com motivação política. A lei de anistia permitiu, por exemplo, a liberdade de opositores do regime presos, o retorno do exílio de opositores do regime e a impunidade absoluta de todos os militares autores de crimes políticos e conexos, inclusive de crimes nucleares contra os direitos humanos¹⁷.

A Lei da Anistia brasileira foi uma oportunidade para os militares garantirem seus interesses, ou seja, saírem do poder sem sofrer nenhuma penalidade. Assim, apesar desses agentes estatais terem cometido aproximadamente 20 mil torturas, cerca de 400 mortes e desaparecimentos de opositores políticos, causado centenas de mortes de camponeses e terem retirado o mandato e direitos políticos de mais ou menos 4.862 pessoas¹⁸, não sofreram nenhuma responsabilização:

Depreende-se, pois, que a anistia brasileira nada mais é do que um acordo político de esquecimento, um mero ato de transferência de poder criado para atender aos interesses daqueles que detinham o poder estatal. Nesse sentido, Ricoeur descreve a anistia como um 'esquecimento comandado', o qual peca, principalmente, por varrer da memória oficial fatos relevantes para evitar que as falhas do passado tornem a se repetir no futuro¹⁹.

Todavia, ao invés do Brasil se esforçar na sua justiça de transição para preencher as lacunas violentas deixadas pelo governo ditatorial, preferiu deixar um espaço vazio na trajetória brasileira ao escolher uma Lei de Anistia que ignorava a busca pela verdade dos fatos e condenação dos culpados.

Isso é compreensível, porque deixar a organização da política de transição nas mãos dos mesmos agentes públicos que foram encarregados de reprimir a sociedade brasileira durante a ditadura não poderia gerar um resultado diferente. Eles se aproveitaram do momento de fragilidade da sociedade civil e da esperança

¹⁷ VASCONCELOS, Enéas Romero. **A ADPF 153 e a obrigação de responsabilizar os autores de crimes nucleares: análise do caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil.** RevJurFA7, Fortaleza, v. VIII, n. 1, p. 199-214, abr. 2011. p. 202.

¹⁸ VASCONCELOS, Enéas Romero. *Ib idem*. p. 201.

¹⁹ BRAGATO, Fernanda Frizzo; COUTINHO, Isabella Maraschin. **A efetivação do direito à memória e à verdade no contexto brasileiro: o julgamento do caso Julia Gomes Lund pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.** Revista de Direito Internacional. Brasília. v.9. n.1. p.125-42. jan./jun. 2012. p. 131.

destes de sair de um regime opressor para uma democracia para trazer a falsa ideia de um acordo político, quando na verdade, a Lei da Anistia não passou de mais uma das imposições feitas pela Ditadura Militar.

A Lei da Anistia, muitas vezes, acaba sendo vista como um expoente da justiça de transição brasileira, e alguns ainda acreditam e defendem que sua elaboração foi feita a partir concessões recíprocas por parte do governo e da oposição e sociedade civil para alcançar a democracia, mesmo essa mudança política sendo um processo lento e gradual. Essa falsa ilusão de ser interpretada como pacto político que visava a pacificação e a reconciliação²⁰ de um país que estava tentando deixar o autoritarismo e reestabelecer a participação popular acabou impedindo a punição dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, como também impediu os esclarecimentos dos fatos e a busca por justiça:

A negociação da lei entre militares, partidos políticos, sociedade civil e outros atores sociais indica que era esta, claramente, a sua finalidade, notadamente em face do desejo dos exilados, presos e torturados de voltarem a viver na legalidade no Brasil (DALLARI, 2011) e dos militares de, gradualmente, deixarem o poder sem sofrer sanções. A situação jurídica e política do Brasil na época, porém, impedia um processo realmente democrático na formação da lei, notadamente em face da hipertrofia do executivo e do poder assimétrico dos militares, principais beneficiários posteriores da lei que faziam na defesa do próprio interesse, já que opositores sofreram diversas penalidades penais e extrapenais e os criminosos comuns continuaram sendo punidos pelos mesmos crimes que os militares, ainda que menos graves²¹.

Porém, essas concessões recíprocas não podem ser vistas como de mesmo peso para ambos os lados, a sociedade civil e a oposição se submeteu à um acordo político que elas não eram as mais beneficiadas e nem iam conseguir uma responsabilização judicial daqueles que violaram seus direitos, mas foi uma aceitação de uma condição forçada na expectativa de conseguir uma mudança, que mesmo que ainda não fosse a melhor opção, era a possível dentro do nosso contexto de transição na espera da perspectiva democrática.

²⁰DUTRA, Deo Campos; LOUREIRO, Sílvia Maria da Silveira. **A declaração de inconveniência da Lei de Anistia brasileira pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)**. Revista dos Tribunais. São Paulo. v.101. n.920. p.183-203. jun. 2012. p. 4. Disponível em: <https://www.academia.edu/35818844/A_DECLARACAO_DE_INCONVENIENCIA_DA_LEI_DE_ANISTIA_BRASILEIRA_PELA_CORTE_INTERAMERICANA_DE_DIREITOS_HUMANOS_NO_CASO_GOMES_LUND_E_OUTROS_VS_BRASIL_GUERRILHA_DO_ARAGUAIA>. Acesso em: 01/12/2018.

²¹VASCONCELOS, Enéas Romero. **A ADPF 153 e a obrigação de responsabilizar os autores de crimes nucleares: análise do caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. RevJurFA7, Fortaleza, v. VIII, n. 1, p. 199-214, abr. 2011. pp. 202-203.

Apesar do Brasil não ser o único país da América Latina a passar por um regime de exceção, seu processo de transição se deu um pouco diferente dos demais países²², já que não ocorreu a derrubada dos militares que estavam no poder, aconteceu uma abertura política pelos próprios militares que perceberam a decadência do sistema ditatorial, ocorrendo como já foi dito de maneira lenta e gradual.

E foi justamente isso que permitiu que a Lei da Anistia fosse formulada de forma a perpetuar todas as violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar e que ainda funcionasse como uma tentativa de imposição de um esquecimento para livrar os agentes da repressão de qualquer tipo de responsabilização civil e criminal. Esse aproveitamento só foi possível porque o poder ainda era do mesmo governo ditatorial, sendo assim, as autoridades militares usaram desse privilégio para não serem submetidos à nenhuma sanção:

[...] A anistia brasileira, datada de 1979, embora tenha surgido pela pressão de movimentos sociais que se opunham ao regime ditatorial e lutavam pela abertura política, foi conduzida e chancelada pelo próprio regime militar, o que impediu que processos mais incisivos de resgate da memória política pudessem acontecer, nos moldes do que se viu, por exemplo, tanto no Chile quanto na Argentina. Nestes países, houve processos penais e condenações por tortura e crimes contra a humanidade dos agentes e governantes envolvidos, em especial o General Pinochet e o General Videla²³.

A anistia foi concedida tanto para cidadãos comuns que tinham sido condenados ou estavam sendo processados por se opor ao Estado de exceção, quanto aos representantes estatais que praticavam crimes conexos a mando do governo ditatorial. Só que dentro desses crimes conexos foi abrangido um rol de violações de direitos humanos como estupros, torturas, desaparecimentos forçados,

²² Diferentemente do Chile, Argentina e Peru, o Brasil teve uma transição feita pelo próprio governo militar, impedindo que ele buscasse a responsabilização de seus agentes estatais, sua Lei da Anistia favoreceu principalmente os militares que violaram direitos humanos, se omitindo na busca da verdade do seu regime de exceção, mesmo depois de reconhecer a sua culpa em 1945, não adotou postura diferente em relação a averiguar e condenar os responsáveis pelas condutas ilegais: “O Brasil é o único país do Cone Sul que não trilhou procedimentos semelhantes para examinar as violações de Direitos Humanos ocorridas em seu período ditatorial, mesmo tendo oficializado, com a Lei nº 9.140/95, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes e pelos desaparecimentos denunciados”. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 21.

²³ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil**. Veritas. Porto Alegre, v.53, n.2, 2008, p. 150-178. p. 161. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/25530863.pdf>>. Acesso em: 15/02/2019.

homicídios que sequer deveriam ter sido cogitados a serem anistiados, era uma possibilidade que não deveria existir e muito menos ocorrer.

Mas a realidade foi outra, a Lei da Anistia abarcou qualquer tipo de atrocidade envolvendo agentes estatais, era uma forma do próprio Estado não assumir sua culpa e nem admitir sua responsabilização e punição. Na época da transição isso era entendível, já que o próprio regime militar foi encarregado de realizá-la, mas o que não se dá para entender, é que como depois de tantos anos, essa lei que fere tanto os direitos humanos, e agora também a Constituição/88, conseguiu se manter válida.

O contraditório é o fato de quem deveria ser submetido a alguma penalização, estava no controle para decidir se iria permitir que isso ocorresse ou não. E nada mais natural que eles optarem por se beneficiar e usar da lei para garantir toda impunidade, ou seja, legalizarem a sua proteção estatal e evitar qualquer tipo de punição:

Não haveria como se admitir que crime cometido sob o manto de Estado fosse anistiado. Seria como se admitir que, atuando pelo Estado – que propõe a ordem –, o agente pudesse negar a essência de seu ordenamento e, após, ter-lhe aplicada hipótese que leva à extinção do próprio crime. Ora se o tipo penal é previsto a partir de atuação do próprio Estado, não é possível, por indulgência e ato próprio, a exclusão da incidência, para seus agentes, de todos os efeitos decorrentes da existência da figura típica que fez inserir no mundo jurídico. Um contrassenso completo à luz da dinâmica jurídica. [...] Apagar deste tipo de criminoso o crime que lhe foi imputado seria como desmanchar a própria razão e lógica de existência do Estado e de todo o seu ordenamento – criando uma impunidade de natureza institucional, que invade mais do que a vida privada, já que passa a habitar a esfera do público. Passa-se, com exemplo da história, a se admitir qualquer violência, não consentida juridicamente, do Estado – o que estende os seus braços nos dias atuais, já que se abre precedente jurídico para situações que convalidariam, por exemplo, casos de violência policial²⁴.

A saída da ditadura brasileira para democracia foi controlada pelos militares, foi o traço que diferenciou o modelo de transição ocorrido no Brasil das realizadas em outros países da América do Sul. Isso resultou na inconveniência da elaboração de uma Lei de Anistia falha e que não foi capaz de efetivar uma justiça de transição de forma correta, mas o maior problema é a manutenção de sua interpretação nos dias de hoje.

²⁴ CORREIA, Marcus Orione Gonçalves apud WEICHERT, Marlon Alberto; FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Anistia, tortura, República e democracia.** Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2010/02/12/5950>>. Acesso em: 20/02/2019.

Permanecer encarando uma lei inconstitucional²⁵ e incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos²⁶ como válida, é perpetuar um retrocesso. A interpretação de uma lei de anistia feita pelo regime democrático não pode ser a mesma dada por um governo autoritário que buscava ficar impune.

Uma lei que desde sua criação deveria ter sua legitimidade questionada ao introduzir crimes conexos como anistiados, não deveria ser mantida em um Estado democrático, já que com isso abrangeu também torturadores e assassinos a serviço do regime de exceção²⁷:

Lei nº 6.683/79 foi um ato normativo produzido formalmente pelo Congresso, mas eivado pelo vício material do regime autoritário. Não se pode sequer afirmar que foi fruto de um pacto político democrático, pois o déficit de legitimidade na representação da sociedade no Congresso impede esse reconhecimento²⁸.

É diante desse contexto que se considera a Lei da Anistia Brasileira como uma autoanistia, porque foi atribuída aos próprios autores dos crimes o poder para extinguir a punibilidade de suas ações. Acaba entrando numa verdadeira incoerência, o próprio governo agressor é o mesmo que vai decidir pela validade de uma lei que deveria definir os rumos a serem tomados pela recém-instalada democracia:

Promulgada no governo do general Figueiredo, a Lei da Anistia é considerada polêmica, ainda hoje, por muitos juristas, sobretudo quanto à interpretação de que ela absolve automaticamente todas as violações de Direitos Humanos que tenham sido perpetradas por agentes da repressão política, caracterizando-se assim o que seria uma verdadeira autoanistia concedida pelo regime a si mesmo²⁹.

O problema é que a ideia da necessidade de uma justiça de transição para conseguir romper com a estrutura ditatorial acabou sendo usada de maneira errada para justificar a criação de uma lei que ignorasse um período marcado por violência

²⁵ A Lei da Anistia Brasileira não deveria ter sido recepcionada pela Constituição de 1988, ela não é compatível com os direitos constitucionais presentes na nossa Carta Magna.

²⁶ A Lei da Anistia Brasileira não está de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil.

²⁷ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil**. Veritas. Porto Alegre, v.53, n.2, 2008, p. 150-178. p. 161. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/25530863.pdf>>. Acesso em: 15/02/2019.

²⁸ WEICHERT, Marlon Alberto; FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Anistia, tortura, República e democracia**. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2010/02/12/5950>>. Acesso em: 20/02/2019.

²⁹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 30.

e impedisse o descobrimento da verdade e a formação de uma memória. Quando na verdade a justiça de transição busca justamente o contrário, porque para dissolver um velho regime e iniciar um novo é preciso deixar tudo do antigo resolvido, caso seja necessário punir ou reparar, é isso que deve ser buscado para que a construção da democracia seja sólida e estável.

Por isso, que Lei da Anistia Brasileira não foi capaz de alcançar uma justiça de transição adequada, ela buscou romper com o sistema ditatorial, sem fazer as devidas elucidações, punições dos autores de crimes e nem reparação das vítimas, ou seja, queria mudar de regime, mas sem encarar a realidade dos fatos, ignorando seu período de exceção, ou melhor, encobrendo a verdade e determinando o esquecimento de todas as violações de direito:

Desse modo, a Lei de Anistia brasileira não compreende uma Justiça de Transição efetiva, capaz de possibilitar o desenvolvimento do Direito à Memória ou à Verdade e uma conciliação da sociedade com seu passado. Além disso, ao invés de fortalecer a lógica de proteção aos direitos humanos a Lei de Anistia impede a consolidação de um juízo de repressão contra as atrocidades aqui cometidas, uma vez que erroneamente abarca crimes contra a humanidade como os de tortura e desaparecimentos forçados como crimes comuns ou políticos. É a esse respeito que o Brasil foi acionado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso “Gomes Lund e Outros”³⁰.

Conforme Kai Ambos³¹, a justiça transacional é o conjunto de todo o escopo de processos e mecanismos associados às tentativas de uma sociedade para enfrentar um legado de abuso em grande escala do passado, para garantir a responsabilização, justiça e conseguir reconciliação, reparando e buscando a verdade. Ele conclui que a justiça de transição é uma justiça excepcional que visa mudar a situação de conflito ou pós-conflito de um estado pior para um estado melhor.

Sendo que a justiça de transição que busca consolidar uma democracia, não pode rejeitar a verdade nem a memória, porque são pilares democráticos de um

³⁰ TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014. p. 179.

³¹ AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). **Justicia de Transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España**. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p. 23-129. pp. 26-29. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=c6012f10-4557-5aa7-12dc-cac8ef7c350f&groupId=252038>. Acesso em: 05/03/2019.

Estado³². Diante disso, a forma como o Estado brasileiro realizou sua transição da ditadura para a democracia não foi a melhor forma de superação de um regime autoritário, já que não foi capaz de esclarecer a história, nem responsabilizar os agentes estatais e nem dar respostas a sociedade da verdade.

Transições como a ocorrida no Brasil são complexas, podendo se deparar durante o seu processo com obstáculos que, caso não superados, podem resultar em uma democracia frágil. Logo, é necessário tomar certas precauções durante o processo, especialmente no que diz respeito a violações cometidas pelos antigos regimes, como, por exemplo, a reparação das vítimas e a persecução penal dos responsáveis³³.

O Brasil buscou trocar a justiça pela reconciliação, mas se enganou ao tomar essa atitude, já que o castigo de criminosos pode ser muito mais efetivo na conquista da paz; entretanto, já foi tratado que essa medida tem muito mais a ver com a política de interesses de quem estava no poder para se proteger do que com a preocupação de pacificar. E como resultado, temos que as vítimas repudiam a anistia e exigem a responsabilização e punição dos culpados³⁴.

³² A Lei da Anistia Brasileira não foi capaz de realizar uma justiça de transição com todas as medidas necessárias para a efetivação da democracia, ela marginalizou o esclarecimento da verdade e reparação das vítimas: “A aplicação da anistia viola também na atualidade o princípio democrático. São corolários do ideal de democracia o direito à justiça e à verdade. Nesse sentido, consolidou-se a figura da Justiça de Transição, que se assenta em um conjunto de medidas consideradas necessárias para a superação de períodos de graves violações a direitos humanos ocorridas no bojo de conflitos armados (v.g., guerras civis) ou de regimes autoritários (ditaduras), especialmente: esclarecimento da **verdade**, mediante Comissões de Verdade e processos judiciais; realização da **justiça** (responsabilização dos violadores de direitos humanos); **reparação** de danos às vítimas; **reforma** dos serviços de segurança; e instituição de espaços de **memória**.” WEICHERT, Marlon Alberto; FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Anistia, tortura, República e democracia**. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2010/02/12/5950>>. Acesso em: 20/02/2019. (grifo original)

³³ BRAGATO, Fernanda Frizzo; COUTINHO, Isabella Maraschin. **A efetivação do direito à memória e à verdade no contexto brasileiro: o julgamento do caso Julia Gomes Lund pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Revista de Direito Internacional. Brasília. v.9. n.1. p.125-42. jan./jun. 2012. p. 131.

³⁴ Ainda segundo Kai Ambos, o sucesso da justiça transacional é medido pela qualidade das reformas políticas alcançadas, ou seja, em que medida a justiça transacional contribuiu para a reconstrução e consolidação da democracia e do sistema judicial doméstico. A justiça de transição se relaciona com os abusos em grande escala que eram cometidos ou tolerados por um regime do passado, geralmente autoritário, no quadro de um conflito militar, ou pelo menos, sócio-politicamente violento. A justiça é uma ideia de responsabilidade e igualdade na proteção e reivindicação de direitos, como também prevenção e punição de infrações. Logo, a justiça implica na consideração dos direitos do acusado, dos interesses das vítimas e do bem-estar a longo prazo da sociedade. Alguns defendem que é necessário renunciar a persecução penal em troca de paz, o preço da paz muitas vezes é a justiça. Para ele, a renúncia ao processo penal em troca de paz e reconciliação deve oferecer um caminho alternativo sério para lidar com o passado, levando em consideração os interesses das vítimas, então as vítimas devem participar plenamente na implementação dessas medidas relativas ao processo de paz e sobre as negociações relativas ao tratamento dos crimes cometidos. Enfatizou-se que a experiência recente mostra que as demandas de vítimas de responsabilidade e justiça muitas vezes, se não sempre, entram em conflito com os esforços, principalmente oficiais, de paz e reconciliação. De qualquer forma, os dados empíricos mostram que a esmagadora maioria das

Assim, a Lei da Anistia não foi capaz de forçar o esquecimento total de todas os crimes cometidos durante a Ditadura Militar, a prova disso foi a busca dos familiares das vítimas para a condenação do Estado brasileiro no Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, que foram atrás da verdade e punição dos agentes públicos que violaram diversos direitos humanos:

[...] Conforme já assinalado, remonta à segunda metade do século XX crescente afirmação de um Direito à Memória e à Verdade, configurando-se claramente como um direito transindividual, que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais como partidos e sindicatos, alcançando os mais diversos grupos da sociedade civil e experimentando as mais diversas formas de reivindicação e concretização, não estando necessariamente preso à legislação estatal, visto que sua formulação e reivindicação continua a existir mesmo que a legislação imponha políticas de esquecimento, mas com fortes tendências de formalização no ordenamento jurídico, o que se vislumbra no caso brasileiro desde a promulgação da Constituição de 1988³⁵. (grifo da pesquisadora)

Essa procura pela punição dos agentes estatais da repressão resultou na ADPF nº 153, que foi uma das tentativas para conseguir a justiça que já deveria ter sido feita. Além disso, tinha-se esperança que por meio do deferimento desta, a barreira que afastava a verdade seria derrubada, sendo possível o esclarecimento dos fatos e a formação de uma memória que evitasse a repetição de momentos contínuos de cerceamento dos direitos humanos.

vítimas exige responsabilidade na forma de processos criminais, julgamentos e punições e rejeita a anistia; quanto maior o grau de vitimização, maior a exigência de processo penal e punição. Portanto, se um conceito mais significativo de reconciliação for adotado, não é de modo algum certo que o apaziguamento dos maiores criminosos através da impunidade leve à reconciliação ou mesmo à paz sustentável; pelo contrário, em muitos casos, o processo criminal pode prometer mais para facilitar a reconciliação e a construção nacional e até mesmo pode ser um requisito para uma verdadeira reconciliação. AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). **Justicia de Transición**: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p. 23-129. pp.26-31. (grifo da pesquisadora). Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=c6012f10-4557-5aa7-12dc-cac8ef7c350f&groupId=252038>. Acesso em: 05/03/2019.

³⁵ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Coord.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2. ed., rev. e ampl.– Porto Alegre :Corag, 2010.– v.4. p. 79 (nota de rodapé). Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/584afef0870025.99675329/volume4_abertura_revista_e_ampliada.pdf>. Acesso em: 19/02/2019.

3 A LEI DE ANISTIA BRASILEIRA ANALISADA SOB A PERSPECTIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADPF Nº 153/DF

A Lei da Anistia foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal a pedido da OAB, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF, que questionou a recepção do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79 pela Constituição Federal de 1988 ao anistiar os agentes estatais que infringiram os direitos humanos e também ao ampliar o sentido interpretativo de crimes conexos aos políticos como crimes de qualquer natureza.

3.1 Objetivos e argumentos da petição inicial protocolada pela OAB

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados – OAB apresentou arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF Nº 153), buscando do STF a decisão de não-recebimento do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79 pela Constituição Federal de 1988. Todavia, esse objetivo não foi alcançado, já que o posicionamento final da Suprema Corte foi pela improcedência da ADPF Nº 153/DF.

O resultado do julgamento foi de sete votos contra a procedência da arguição e dois a favor. Os ministros Eros Grau, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso defenderam a manutenção da interpretação inicial que foi dada ao § 1º do art. 1º da Lei da Anistia, enquanto, Ricardo Lewandowski e Ayres Britto optaram pela revisão da lei.

A OAB visava anulação da anistia concedida aos agentes do Estado que praticaram violações de direitos humanos durante a vigência do regime militar, mas especificamente, que fosse analisado o art. 1º da Lei da Anistia e a sua incompatibilidade com a Constituição Brasileira de 1988. Eles pretendiam invalidar a inclusão dos agentes públicos que estavam encarregados da repressão à serviço da Ditadura Militar do rol de anistiados previsto na Lei nº 6.683/79:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram, crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política³⁶.

O principal questionamento era se a anistia também se estendia aos crimes “conexos” de qualquer natureza, mesmo que não relacionado com crimes políticos ou por motivação política. Já que os crimes comuns do governo militar contra opositores cometidos por representantes do Estado não se enquadravam na definição doutrinária de crimes “conexos” aos crimes políticos ou por motivação política³⁷.

Segundo defende o Conselho Federal da Ordem dos Advogados na petição inicial, os agentes do Estado não cometeram crimes políticos, já que não atentaram contra a ordem política nem contra a segurança nacional do país. Ao matar, torturar e violentar sexualmente estavam cometendo crimes comuns contra os opositores políticos, ressalta-se que estes sim colocavam em risco a ordem política e segurança do Estado, porque os acusados de crimes políticos não agiram contra os agentes policiais e militares da repressão política, mas contra a ordem política vigente no Brasil naquela época. Por isso, a conexão criminal estabelecida na Lei da Anistia não é válida, ofendendo diversos preceitos da Constituição Federal³⁸.

Assim, anistiar agentes da repressão política que praticaram homicídios, desaparecimentos forçados, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro,

³⁶ BRASIL. **Lei n. 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Lei de Anistia Brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 13/03/2019.

³⁷ Para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados- OAB, o texto do artigo em questão da Lei 6.683/79 foi redigido intencionalmente de maneira obscura para incluir os agentes do Estado que cometeram crimes comuns contra opositores políticos à ditadura militar. O Sr. Ministro Ricardo Lewandowski em seu voto enfatiza o mesmo entendimento da OAB, condenando a utilização da expressão “crimes conexos” em sentido divergente do original, já que o conceito de conexão, no campo do direito penal substantivo, revela a comunhão de propósitos e objetivos na prática de ilícitos distintos, falando-se, quando o agente é um só, em concurso material ou formal de delitos. E no âmbito do direito penal adjetivo, conclui que só é possível reconhecer-se a conexão na hipótese em que os agentes atuam uns contra os outros, mas, mesmo assim, apenas para o efeito de unificação de competência jurisdicional, cuidando-se de regra de natureza meramente processual. Assim, não poderia ter havido, do ponto de vista técnico-jurídico, conexão ‘entre crimes políticos cometidos pelos opositores do regime militar e os crimes comuns contra eles praticados pelos agentes da repressão e mandantes do governo’. BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 100-101. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> . Acesso em: 13/03/2019.

³⁸ BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. **Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 153/DF**. p. 15-16. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/586_ADPF%20153%20-%20peticao%20inicial.pdf>. Acesso em: 13/03/2019.

atentado violento ao pudor, entre outras violências, seria agredir vários princípios constitucionais.

Entretanto, o STF em sua maioria entendeu que:

A chamada Lei de Anistia diz com uma conexão *sui generis*, própria ao momento histórico da transição para a democracia. Ignora, no contexto da Lei n. 6.683/79, o sentido ou os sentidos correntes, na doutrina, da chamada conexão criminal; refere o que “se procurou”, segundo a inicial, vale dizer, estender a anistia criminal de natureza política aos agentes do Estado encarregado da repressão³⁹.

A petição inicial da ADPF nº 153 apresenta que a Lei nº 6.683/79 viola o princípio da isonomia em matéria de segurança, ou seja, contraria um preceito fundamental da Constituição/88, porque “a anistia não se refere a pessoas, mas crimes objetivamente definidos em lei”⁴⁰. Entretanto, a mencionada Lei anistiou os crimes políticos, e ainda incluiu vários crimes indefinidos ao determinar no seu § 1º do art. 1º, a abrangência de crimes de qualquer ordem relacionados com crimes políticos. Então, conforme a OAB se fosse adotada a mesma interpretação da Lei da Anistia cuja qual estava sendo questionada na ADPF, estariam reconhecendo que em matéria de anistia criminal, nem todos seriam iguais perante a lei. Seria perpetuar e estender a imunidade aos criminosos que já contavam com a imunidade penal durante todo o regime militar⁴¹.

Outro ponto levantado pela a OAB é o descumprimento pelo poder público do preceito constitucional de não ocultar a verdade, já que no art. 5º, inc. XXXIII da CF/88 determina que “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”⁴². Dessa forma, os órgãos públicos não poderiam omitir a identidade dos agentes estatais que praticaram crimes contra os civis, só que a Lei nº 6.683/79 ao conferir a anistia a agentes do Estado que praticaram crimes a mando do regime de exceção impediu

³⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 26. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docId=612960>> .

Acesso em: 13/03/2019.

⁴⁰ BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. **Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 153/DF**. p. 17. Disponível em:

<http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/586_ADPF%20153%20-%20peticao%20inicial.pdf>.

Acesso em: 13/03/2019.

⁴¹ BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. *Ib idem*. p. 18.

⁴² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 13/03/2019.

que a sociedade tomasse conhecimento da verdade e da identidade desses funcionários públicos.

Além disso, na petição inicial, a OAB argumenta que a Lei da Anistia ofende os princípios democrático e republicano, porque no Estado de Direito vigente não deveria se admitir a mesma interpretação dada pelo governo de transição, porque na democracia deve prevalecer a soberania popular e que na república o bem comum do povo é superior ao interesse particular. Logo, com a entrada da atual Constituição, a referida lei não deveria ser legitimada, já que os agentes estatais, que inclusive eram remunerados com recursos públicos, cometeram crimes contra o povo. Sem contar que em uma democracia, não deveria se permitir que o governo anistiasse criminalmente a si próprio ou funcionários que praticavam crimes ao cumprir suas ordens, porque estariam atuando em seu próprio benefício:

Ressalta-se, em primeiro lugar, que a citada lei foi votada pelo Congresso Nacional, na época em que os seus membros eram eleitos sob o *placet* dos comandantes militares. Sua carência de legitimidade democrática é acentuada quando se recorda que, por força da Emenda “Constitucional” nº 08, de 14 de abril de 1977, que ficou conhecida como “Pacote de Abril”, 1/3 dos Senadores passaram a ser escolhidos por via de eleição indireta (“Senadores biônicos”), tendo participado do processo legislativo do qual redundou a aprovação congressional, em 1979, da lei em referência. Ela foi sancionada por um Chefe de Estado que era General do Exército e fora guindado a essa posição, não pelo povo, mas pelos seus companheiros de farda⁴³.

A OAB também refutou a ideia da Lei em abordagem ser resultado de um acordo político que visava possibilitar a transição de um regime autoritário para um democrático, ao questionar quem eram as partes desse pacto, porque nem as vítimas que sobreviveram nem os parentes dos mortos participaram da sua negociação, ou melhor, não teve opinião pública. Apesar de viabilizar o início do Estado de Direito, já começou a instalação da democracia com graves violações dos direitos da pessoa humana, ferindo a sua dignidade e contrariando o art. 1º, inc. III, da CF/88:

Kant afirmou, no século XVIII, que a pessoa humana não pode servir de meio para a obtenção de qualquer finalidade; pois, ela é um fim em si mesma. Portanto, tem dignidade, não um preço. Hoje o sistema universal de

⁴³ BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. **Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 153/DF**. p. 22-23. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/586_ADPF%20153%20-%20peticao%20inicial.pdf>. Acesso em: 13/03/2019.

direitos humanos declara inadmissível e reprovável usar a dignidade das pessoas e dos povos como moeda de troca em um acordo político.⁴⁴

Foi levantado também outro ponto importante, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) já tinha jurisprudência firmada no sentido de considerar “nula e de nenhum-efeito a autoanistia criminal decretada por governantes”⁴⁵ e trouxe ao debate o argumento de que a atual Constituição Brasileira em seu inc. II, art. 4º, resguarda o princípio da prevalência de direitos humanos em suas relações internacionais.

Para confirmar a alegação de que a Constituição Federal de 1988 não deveria ter recepcionado a Lei nº 6.683/79, a OAB usou o art. 5º, inc. XLIII da CF/88 que define a prática da tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, e mesmo que a tortura não fosse ainda um crime tipificado no ordenamento brasileiro no período da Ditadura Militar, deveria se priorizar o princípio soberano de respeito à dignidade da pessoa humana. Assim a interpretação extensiva do § 1º do art. 1º da Lei da Anistia aos agentes públicos, acarretaria na abdicação do princípio da dignidade humana

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados defendeu que a Constituição de 1988 deveria ter se respaldado no artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos que prevê que ninguém será torturado, nem tratado ou castigado de forma cruel, desumana ou degradante. O caráter dessa afirmativa é tão importante que está presente na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes que foi aprovada e ratificada pelo Brasil. Além do mais, enfatizou-se que a violação da dignidade humana não se isenta com a indenização pecuniária dada às vítimas, não podendo ficar os que praticaram tais crimes imunes a responsabilização penal⁴⁶.

3.2 A decisão do STF sobre a ADPF nº 153/DF

O Supremo Tribunal Federal optou por analisar não a parte ética, mas só o alcance do termo “crimes conexos” previsto no § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79 que

⁴⁴ Brasil. Ordem dos Advogados do Brasil. Ordem dos Advogados do Brasil. **Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 153/DF**. p. 26. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/586_ADPF%20153%20-%20peticao%20inicial.pdf>. Acesso em: 13/03/2019.

⁴⁵ BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. *Ib idem*. p. 24.

⁴⁶ BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. *Ib idem*. p. 27-28.

era a proposição central apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados.

Para a maioria dos ministros do STF, a permanência da Lei da Anistia não era fator impeditivo do conhecimento da verdade, nem afastava o dever do Estado de esclarecer a história, investigar os fatos ocorridos durante o regime de exceção. Para a Sra. Ministra Cármen Lúcia:

Todo povo tem o direito de saber, mesmo dos seus piores momentos. Saber para lembrar, lembrar para não esquecer e não esquecer para não repetir erros que custaram vidas e que marcam os que foram sacrificados por pais torturados, irmãos desaparecidos, dentre outras atrocidades⁴⁷.

O STF alegou que a interpretação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79 não poderia ser de acordo com a Constituição de 1988, já que nesse caso específico o quadro fático-histórico deveria ser usado como elemento interpretativo determinante, não podendo se adotar os parâmetros atuais e sim levar em consideração o seu momento originário, analisando o que se vivia e a finalidade de sua elaboração. Não sendo possível desconsiderar a aceção inicial do intérprete, permanecendo o entendimento de que mesmo não sendo crimes políticos nem com eles conexos, os crimes comuns praticados pelos agentes do Estado de exceção eram abarcados pela Lei de Anistia, mesmo sendo crimes de graves violações de direitos humanos, como tortura, sequestro, desaparecimento forçado, estupro e homicídio⁴⁸.

Assim, não seria possível considerar a incompatibilidade da Lei nº 6.683/79 em relação a CF/88 mencionada pela OAB na petição inicial da ADPF em questão, porque deveria ser considerado o período histórico de transição do regime de exceção para o democrático no qual foi promulgada a Lei da Anistia. O Supremo Tribunal Federal afirmou que mesmo não sendo justa, a lei não poderia ser alterada pelo judiciário, apenas pelo legislativo, então não cabiam a eles fazer qualquer modificação.

A Suprema Corte brasileira defendeu que a legitimidade política da referida lei deveria residir no momento histórico e na intenção de sua elaboração que visava a reconciliação e paz para superar um regime autoritário e alcançar a democracia, e a

⁴⁷ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 80. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> . Acesso em: 13/03/2019.

⁴⁸ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Ib idem*. p. 86-88.

anistia possibilitou o início desse processo. Insistiram que judicialmente não poderia ser reinterpretada a lei para atribuir efeitos retroativos depois de trinta e um anos, desconsiderando o que ela viabilizou ser construída.

Apesar dessa interpretação, o STF enfatizou que não ignorava o caráter feroz das atrocidades cometidas durante o Estado de exceção, nem que elas não deveriam ser reconhecidas, porque isso era necessário para evitar a repetição, mas os efeitos da lei já tinham sido produzidos e exauridos, assim, o seu desfazimento não podia ser feito pela via judicial. Além disso, deveria ser priorizado os objetivos buscados, que apesar de ter sido um preço alto pago pela sociedade, foi preciso para permitir uma transposição institucional e atingir a pacificação social, era conceder o perdão para possibilitar que a vida se refizesse.

A Sra. Ministra Cármen Lúcia lembrou em seu voto que a Ordem dos Advogados do Brasil na época da elaboração da Lei de Anistia se manifestou que recebia o projeto mas não com alegria, e sim com críticas ácidas, mas fazia isso com a consciência da responsabilidade que eles possuíam de libertar as futuras gerações da Ditadura Militar e preparar para a formação de um Estado de Direito⁴⁹.

Para o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski que era a favor da procedência da ADPF nº 153, o regime militar só decidiu fazer uma abertura lenta e gradual, porque estava passando por uma crise de legitimidade e viram que o sistema não sobreviveria diante da crescente insatisfação do povo e desavenças dentro do próprio sistema de poder e por isso, promoveram mudanças no modelo político-institucional:

De fato, a Lei da Anistia, longe de ter sido outorgada dentro de um contexto de concessões mútuas e obedecendo a uma espécie de “acordo tácito”, celebrado não se sabe bem ao certo por quem, ela em verdade foi editada em meio a um clima de crescente insatisfação popular contra o regime autoritário⁵⁰.

Além disso, ele defende que nem deveria haver discussão sobre a punibilidade dos crimes considerados de lesa-humanidade praticados durante a Ditadura Militar, independentemente de ter ou não tipificação prévia, como é o caso da tortura, porque são crimes previstos em diversos documentos internacionais

⁴⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 94. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> . Acesso em: 13/03/2019.

⁵⁰ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Ib idem*. p. 107.

como sendo imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia, devendo se submeter não só a jurisdição penal nacional como também a internacional. Vale ressaltar, que a maioria dos crimes comuns cometidos por agentes públicos no decorrer do regime autoritário já eram tipificados no Código Penal de 1940, que era o que estava em vigência, inclusive também eram definidos nos Códigos Penais de 1944 e 1971.

O ministro Ricardo Lewandowski destaca que mesmo que o Brasil internamente estivesse passando por uma “guerra subversiva”, deveriam seus agentes estatais honrar os compromissos internacionais referentes ao direito humanitário assumidos por ele. Ainda realçou que numa democracia, o mesmo crime que numa ditadura é anistiado, continua sendo crime comum, mesmo que tenha um caráter político. Concordando com a argumentação da OAB de que a Lei de Anistia utilizou um sentido equivocado de conexão ao incluir crimes comuns no seu conjunto.

Ainda salientou que tanto o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas quanto a Corte Interamericana de Direito Humanos já expressaram claramente que os Estados Partes que ratificaram ou aderiram o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, respectivamente, têm o dever de investigar, ajuizar e punir os responsáveis por violações de direitos humanos, ficando sujeitos à responsabilização internacional diante do descumprimento dessas obrigações⁵¹.

Seguindo a mesma linha de pensamento do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, se manifestou o Sr. Ministro Ayres Brito frisando que o perdão individual é uma virtude, mas quando é a coletividade perdoando como ocorre na anistia, é falta de vergonha e de memória. Evidenciou que estupradores,

⁵¹ '[...] nos casos em que algum funcionário público ou agente estatal tenha cometido violações dos direitos reconhecidos pelo Pacto aos quais faz referência este parágrafo [tortura e outros tratamentos cruéis, inumanos ou degradantes, privações sumárias e arbitrárias da vida, desaparecimentos forçados], os Estados Partes dos quais se trate não poderão eximir os autores de sua responsabilidade jurídica pessoal, como aconteceu em certas anistias (ver Observação Geral nº20) [44] e em imunidades anteriores. Além disso, nenhum cargo oficial justifica que sejam eximidas de responsabilidade jurídica as pessoas às quais é atribuída a autoria dessas violações. Também devem ser eliminados outros impedimentos ao estabelecimento da responsabilidade penal, entre eles a defesa baseada na obediência a ordens superiores ou os prazos de prescrição excessivamente curtos, nos casos em que forem aplicadas tais prescrições'. ONU *apud* BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 128-129. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> . Acesso em: 13/03/2019.

torturadores, pessoas que jogavam que de um avião em pleno voo as suas vítimas, pessoas que ligavam fios desencapados a tomadas elétricas e os prendiam à genitália feminina, pessoas que estupravam mulheres na presença dos pais, dos namorados ou dos maridos não cometiam crimes políticos puros ou com ele conexos e sim crimes comuns de extrema monstruosidade.

A Sra. Ministra Ellen Gracie salientou que a Lei de Anistia não impediu nem recusou o conhecimento da verdade, justificando que isso foi obstaculizado por outras normas que tornam os documentos da ditadura sigilosos⁵². Também disse que não poderia ser atendido o pedido de uma nova interpretação que retirasse os crimes cometidos pelos agentes públicos da Lei nº 6.683/79, porque a anistia é justamente esquecer, desconsiderar intencionalmente ou perdoar ofensas passadas, ou seja, superar o passado para buscar reconciliação e paz. Ainda admitiu que a anistia foi o preço pago pela sociedade para acelerar o processo pacífico de redemocratização, então, o povo trocou a punibilidade dos criminosos que estavam no governo ou era por ele protegidos para retomar a pacificação e participação social⁵³.

O Sr. Ministro Marco Aurélio trouxe em seu voto a questão da Corte Interamericana de Direitos Humanos rechaçar as leis de autoanistias, como pode ser visto nos casos contra o Peru⁵⁴ e o Chile⁵⁵, mas resguardou que o Brasil não se enquadrava nessa situação, já que a Lei nº 6.683/79 possui caráter bilateral ao não conceder anistia somente aos agentes públicos, assim não feria preceito firmado na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Também afirmou que a Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (1984) e a Lei nº 9.455 (1997), que tipificou a tortura como crime no Brasil, não poderiam ser usados para desconstituir a Lei de Anistia (1979), porque ambos os instrumentos são posteriores a ela, não sendo permitido aplicar leis penais supervenientes mais gravosas, não cabendo nem a irretroatividade penal nem a imprescritibilidade penal, que tomaria

⁵² Cf. Leis nº 8.159/91 e 11.111/05, e ADI nº 4.077.

⁵³ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 152-153. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>> .

Acesso em: 13/03/2019.

⁵⁴ “Barrios Altos” e “Loayza Tamayo”.

⁵⁵ “Almonacid Arrelano e outros”.

como base a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade⁵⁶.

O Sr. Ministro Marco Aurélio foi além ao declarar que a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade (1968)⁵⁷ “**não** se aplica, **não** obriga **nem** vincula, juridicamente, o Brasil **quer** em sua esfera doméstica, **quer** no plano internacional”, porque é dotado de inconsistência jurídica, uma vez que o Brasil nunca subscreveu tal Convenção⁵⁸. (grifo original)

O ministro Marco Aurélio assim como alguns de seus companheiros, confirmou que a falta de responsabilização criminal dos autores de fatos obscuros ocorridos no regime militar não era fator de impedimento da recuperação da memória histórica e ao conhecimento da verdade, sendo direito da sociedade o esclarecimento de tais acontecimentos⁵⁹.

Seguindo com o voto do Sr. Ministro Cezar Peluso (Presidente), há a defesa de que os crimes conexos previstos na Lei nº 6.683/79 extrapola o âmbito de crimes políticos ou com ele conexos para abranger crimes de qualquer natureza, por ser uma lei ampla, geral e bilateral. Ressaltou que por não ser unilateral, não era uma autoanistia, então, não era censurado pelos tribunais internacionais. Sendo uma lei que nasceu de um acordo celebrado por quem tinha naquele momento legitimidade política e social para fazer. Ainda disse que só a sociedade superior teria capacidade de perdoar seus inimigos, possibilitando sua sobrevivência, caso contrário estaria condenada ao fracasso histórico.

Também refutou a ideia de afronta aos princípios democrático e republicano, porque independente da gravidade do crime, o fato de ser praticado por agente estatal já feriria esses princípios, questionando se por isso, não poderia nunca ser concedida anistia aos agentes políticos de qualquer regime. Sobressaltou, que

⁵⁶ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF**. Relator: Min. Eros Graus. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB. Brasília, 29 de abril de 2010. p. 185-187. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em: 13/03/2019.

⁵⁷ Não fez sentido o ministro Marco Aurélio invocar a não subscrição desse tratado internacional para eximir o Estado brasileiro da obrigação de tutela da pessoa humana, porque mesmo o Brasil não sendo signatário da Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade (1968), ele é parte ratificante de uma outra convenção que também abordou a mesma temática e censurou as mesmas práticas, a Convenção de Genebra de 1949, que se referiu à proteção das vítimas dos conflitos armados sem caráter internacional.

⁵⁸ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Op cit.* p. 190.

⁵⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Op. cit.* 202.

mesmo que a ADPF em pleito fosse considerada procedente, em nada resultaria, visto que todas as ações penais já estariam prescritas.

Para o Sr. Ministro Gilmar Mendes, embora a quantidade de crimes praticados por agentes públicos tenha sido muito maior, não poderia ser concedida anistias somente aos militantes subversivos ao Estado, porque do ponto de vista jurídico, não seria razoável considerar apenas o objetivo moral das práticas violentas, devendo ser ambos os lados beneficiados.

O Sr. Ministro Relator Eros Grau defendeu que a modificação na amplitude da anistia iria se chocar com o princípio constitucional da irretroatividade penal e consequentemente se esbarraria no princípio da segurança jurídica. Além do mais, a anistia concedida já estaria ratificada e reafirmada pela Emenda Constitucional nº 26 de 1985 em seu art. 4º, não podendo ser questionado seu recebimento pela CF/88 e nem caberia a ela limitar a extensão do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.683/79. Ainda justificou que a Lei da Anistia foi resultado de um intenso debate que contou com a participação de vários setores da sociedade para permitir uma transição pacífica e harmônica da Ditadura Militar para um Estado democrático, impedindo maiores atritos.

O ministro Eros Graus ressaltou que qualquer alteração ou revisão quanto à abrangência da anistia aos agentes públicos deveria ser feita por quem atribuiu essa concepção, ou seja, o Poder Legislativo. Bem como, confirmou que não ocorreu nenhuma afronta ao princípio da isonomia, porque há diferenças entre os próprios crimes políticos e com eles conexos cometidos durante o regime militar, e também seria uma opção da lei tratar desigualmente os desiguais que é um dos fundamentos da isonomia e foi isso que ela fez.

Ainda em seu voto, determinou que a anistia possui um caráter objetivo não estando dirigidas a pessoas específicas, mas a um ou mais delitos. Além disso, não concordava que a Lei de Anistia impossibilitava o conhecimento dos acontecimentos que tinham práticas de crimes dos agentes públicos, então nem o reconhecimento da Lei nº 6.683/79 nem a falta de punibilidade apagaria o passado, e que possibilitar a reconstrução histórica do período da Ditadura Militar fazia parte da dignidade nacional.

Assim como a ministra Ellen Gracie, alegou que as dificuldades no esclarecimento dos fatos recaem sobre outras normas, como as Leis nº 8.159/91 e 11.111/05. E que a Lei da Anistia foi feita dentro das circunstâncias de transição do

regime militar, e os homens só poderiam fazê-la dentro dos limites materiais da realidade daquele período⁶⁰.

O Sr. Ministro Eros Graus enfatizou que o legislador teve a intenção sim de englobar na conexão os crimes cometidos pelos representantes públicos durante o Estado de exceção, por isso, é considerada uma anistia bilateral, ampla e geral, só não sendo irrestrita pela limitação feita pelo § 2º do art. 1º da Lei nº 6.683/79 que não incluiu os que já estavam condenados com decisão transitada em julgado pelos crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

E que a Lei de Anistia deveria ser interpretada conforme a realidade da época que foi promulgada, entretanto, o próprio ministro relator admitiu que a anistia foi por falta de escolha, era ceder e sobreviver, ou não ceder e continuar a viver na angústia⁶¹, de certa forma foi abrir mão da dignidade humana momentânea diante das circunstâncias que se encontravam para tentar um futuro melhor.

O ministro Eros Graus conclui dizendo que o reconhecimento pelo STF da Lei de Anistia e ao mesmo tempo a afirmação da possibilidade do exercício do direito constitucional à verdade, é uma forma de garantir que o Brasil utilize as situações já vividas para consolidar a democracia: “É necessário não esquecermos, para que nunca mais as coisas voltem a ser como foram no passado” ⁶². Por fim, reiterou que a decisão pela improcedência da ADPF nº 153 de nenhuma forma concordava com as violências praticadas no regime militar, pelo contrário, ainda continuavam sendo repudiadas “todas as modalidades de tortura, de ontem e de hoje, civis e militares, policiais ou delinquentes” ⁶³.

Apesar da ADPF nº 153 ter sido indeferida pelo Supremo Tribunal Federal, mantendo a Lei de Anistia no ordenamento jurídico brasileiro, não foi um posicionamento suficiente para finalizar a discussão acerca da Lei nº 6.683/79, porque à época, já havia um processo em andamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos que por se tratar de um acontecimento ocorrido durante a Ditadura Militar, também abordaria a Lei de Anistia brasileira.

⁶⁰ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília. 29 de abril de 2010. p. 21. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>.

Acesso em: 13/03/2019.

⁶¹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Ib idem*. p. 57.

⁶² BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Ib idem*. p.46.

⁶³ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Ib idem*. p. 45.

4 A APRECIÇÃO DA LEI DE ANISTIA BRASILEIRA NO JULGAMENTO DO CASO GOMES LUND E OUTROS (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”) VS. BRASIL

A Corte Interamericana de Direitos Humanos ao julgar o “Caso Gomes Lund” para averiguar a responsabilidade do Estado brasileiro como mantenedor e perpetrador das violações de direitos humanos ocorridos durante o regime ditatorial, examinou a Lei de Anistia brasileira, por ela ser o maior empecilho da investigação, processamento e punição dos responsáveis por graves transgressões de direitos humanos, como também por impedir os esclarecimentos dos fatos.

4.1 Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil

O Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil se refere a uma ação contra a República Federativa do Brasil que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 26 de março de 2009. Tal demanda se iniciou em 7 de agosto de 1995, com a apresentação da petição inicial feita pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) junto com a *Human Rights Watch/Americas*, representando as pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia e seus familiares.

Salienta-se que a Comissão decidiu admitir esse caso na tentativa de consolidar o posicionamento jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as leis de anistia no que diz respeito aos desaparecimentos forçados e à execução extrajudicial, e o decorrente dever dos Estados de expor a verdade para a sociedade, além de investigar, processar e punir as graves violações de direitos humanos⁶⁴.

A ação é para apurar a responsabilidade do Estado brasileiro pelas prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos forçados de 70 pessoas, sendo a maioria integrantes do Partido Comunista do Brasil e também alguns camponeses da região do Araguaia, consequentes das campanhas militares de combate à guerrilha em questão entre o período de 1972 e 1975:

⁶⁴ CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 3. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf>. Acesso em: 15/02/2019.

A Comissão também submeteu o caso à Corte porque, 'em virtude da Lei nº 6.683/79 [...], o Estado não realizou uma investigação penal com a finalidade de julgar e punir as pessoas responsáveis pelo desaparecimento forçado de 70 vítimas e a execução extrajudicial de Maria Lúcia Petit da Silva [...]; porque os recursos judiciais de natureza civil, com vistas a obter informações sobre os fatos, não foram efetivos para assegurar aos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada o acesso a informação sobre a Guerrilha do Araguaia; porque as medidas legislativas e administrativas adotadas pelo Estado restringiram indevidamente o direito de acesso à informação pelos familiares; e porque o desaparecimento das vítimas, a execução de Maria Lúcia Petit da Silva, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação afetaram negativamente a integridade pessoal dos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada'. A Comissão solicitou ao Tribunal que declare que o Estado é responsável pela violação dos direitos estabelecidos nos artigos 3 (direito ao reconhecimento da personalidade jurídica), 4 (direito à vida), 5 (direito à integridade pessoal), 7 (direito à liberdade pessoal), 8 (garantias judiciais), 13 (liberdade de pensamento e expressão) e 25 (proteção judicial), da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conexão com as obrigações previstas nos artigos 1.1 (obrigação geral de respeito e garantia dos direitos humanos) e 2 (dever de adotar disposições de direito interno) da mesma Convenção. Finalmente, solicitou à Corte que ordene ao Estado a adoção de determinadas medidas de reparação⁶⁵. (grifo da pesquisadora)

Vale ressaltar, que em 31 de outubro de 2009, o Estado do Brasil contestou a demanda, pedindo que a própria Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) se reconhecesse como incompetente em virtude do tempo, da falta de esgotamento de recursos internos, da falta de interesse processual da Comissão e dos representantes e a regra da quarta instância:

[...] a) reconheça a incompetência *ratione temporis* para examinar as supostas violações ocorridas antes do reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte pelo Brasil; b) declare-se incompetente, em virtude da falta de esgotamento dos recursos internos; e c) archive de imediato o presente caso, ante a manifesta falta de interesse processual dos representantes. Subsidiariamente, quanto ao mérito, o Brasil solicitou ao Tribunal que reconheça 'todas as ações empreendidas no âmbito interno' e 'julgue improcedentes os pedidos [da Comissão e dos representantes], uma vez que está sendo construída no país uma solução, compatível com suas particularidades, para a consolidação definitiva da reconciliação nacional'⁶⁶.

O Brasil alegou que a Corte Interamericana não possuía competência para admitir esse caso, já que o Estado brasileiro só teria reconhecido a competência contenciosa do Tribunal para conhecer as violações posteriores a 10 de dezembro de 1998. Entretanto, a Comissão refutou tal exceção preliminar, frisando que apesar

⁶⁵ CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 4. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁶⁶ CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Ib idem*. p.5.

de não ter competência contenciosa para aplicar sua Convenção⁶⁷ nem para declarar violação de suas normas em fatos que aconteceram antes desse reconhecimento por parte do Estado⁶⁸, a demanda só se referia às violações dos direitos da Convenção Americana que perduram depois dessa data de reconhecimento de competência, devido o caráter continuado ou permanente de algumas violações⁶⁹.

Assim, de acordo com a CIDH, os “[...] atos de caráter contínuo ou permanente perduram durante todo o tempo em que o fato continua, mantendo-se sua falta de conformidade com a obrigação internacional”⁷⁰. Além disso, enfatizou que já faz parte do entendimento internacional dos Direitos Humanos que o desaparecimento forçado possui natureza contínua ou permanente, já que se perpetua pela falta de informação do paradeiro da vítima e falta de esclarecimento dos fatos.

Diante do exposto, a Corte reconheceu sua competência para examinar os desaparecimentos forçados das possíveis vítimas da Guerrilha do Araguaia, como também se declarou competente para analisar a falta de investigação e responsabilização dos culpados pelas violações como também as restrições ao direito de acesso à informação.

Em relação à justificativa do Estado do Brasil de já ter efetuados várias medidas de reparação no âmbito interno, a Comissão manifestou que não teriam sido concretas e suficientes, e nem representavam um compromisso expresso de cumprimento de suas recomendações⁷¹. Principalmente que não foram cumpridas

⁶⁷ A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, é o principal tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil.

⁶⁸ Os restos mortais da executada extrajudicialmente Maria Lúcia Petit da Silva foram identificados em 1996, acabou perdendo a natureza de crime continuado, e como foi antes do início do reconhecimento da competência contenciosa da CIDH (10/12/1998), o Tribunal aceitou que esse fato não seria por ele analisado.

⁶⁹ “Os representantes alegaram que as violações denunciadas no presente caso se referem aos desaparecimentos forçados das supostas vítimas; à impunidade que decorre da falta de investigação; julgamento e punição dos responsáveis por esses atos; bem como à ineficácia das medidas adotadas para respeitar, proteger e garantir o direito à verdade e à informação”. CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 8-9. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁷⁰ CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 10. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁷¹ Cf. Relatório de Mérito nº 91/08.

as recomendações de garantir que a Lei nº 6.683/79 não seja um empecilho responsabilização penal dos autores de graves violações de direitos humanos, nem publicação de todos os documentos que contém informações sobre a Guerrilha do Araguaia.

Já no quesito da falta de interesse processual, a CIDH concluiu que a proteção internacional oriunda das Convenções é complementar à que é oferecida internamente pelos Estados Americanos, então, a reparação no âmbito interno, não impede que a Corte conheça um caso de ato ilícito tipificado no Direito Internacional. E no ponto de que as vítimas só poderiam recorrer ao Sistema Interamericano depois de já ter esgotado todos os recursos internos previstos, a Corte determinou que a demanda internacional interposta era admitida pela demora nada razoável e ineficácia dos recursos internos que estavam sendo aludidos pelo Brasil.

O Brasil tentou se isentar através da “regra da quarta instância”, que como o seu Supremo Tribunal Federal já teria analisado essas questões na ADPF nº 153, não caberia mais a Corte Interamericana julgar as mesmas demandas. A CIDH reconheceu o seu caráter subsidiário, contudo ponderou que não pretendia revisar a decisão do STF, porque não era uma quarta instância nacional, e sim que iria apurar a responsabilidade internacional do Estado verificando a compatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção Americana, até porque a decisão proferida pela Corte nacional do Brasil não tinha sido capaz de reparar as violações alegadas no presente caso, já que não estabeleceu responsabilidades individuais, não esclareceu os fatos e nem definiu o destino das possíveis vítimas de desaparecimentos forçados:

O Estado afirma o anteriormente exposto tomando por base, por um lado, que a tramitação da Arguição de Descumprimento nº 153 respeitou o devido processo legal, foi transparente, permitiu a participação de todos os interessados e garantiu a imparcialidade e independência judicial e, por outro lado, o caráter subsidiário da atuação dos órgãos do Sistema Interamericano, que não podem constituir-se em tribunais de alçada para examinar alegados erros, de fato ou de direito, cometidos por tribunais nacionais que tenham atuado dentro de suas competências⁷².

⁷² CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 18. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

A Corte ainda defendeu que devido às obrigações internacionais por parte do Estado, poderia analisar processos internos em razão da atuação de seus órgãos judiciais, mesmo sendo decisões de tribunais superiores ou leis que são questões de direito interno, como é o caso da Lei de Anistia Brasileira, para poder verificar a compatibilidade com as obrigações internacionais do Brasil presentes na Convenção Americana.

4.2 A sentença proferida pela CIDH

A Corte se manifestou sobre a responsabilidade do Estado do Brasil quanto às violações dos direitos à personalidade jurídica, à vida e à integridade e liberdade pessoais dos desaparecidos contidos, respectivamente, nos artigos 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana relacionados à obrigação geral do Brasil como Estado Parte de respeitar todos esses direitos, conforme a previsão do art. 1.1 desse mesmo documento.

A CIDH se atentou ao fato dos agentes militares utilizarem da sua função pública para realizar detenções arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos forçados de membros da Guerrilha do Araguaia sob o pretexto de proteção à segurança nacional, se encobrindo do manto estatal para escapar das punições como também ocultar todas as provas dos crimes.

Ainda ressaltou que o desaparecimento forçado é um crime contra a humanidade que impede que a vítima exerça seus direitos e que seus familiares tenham acesso à informação sobre seu paradeiro. O desaparecimento forçado de pessoas “em virtude da pluralidade de condutas, que, unidas por um único fim, violam de maneira permanente, enquanto subsistam, bens jurídicos protegidos pela Convenção”⁷³:

103. Adicionalmente, no Direito Internacional, a jurisprudência deste Tribunal foi precursora da consolidação de uma perspectiva abrangente da gravidade e do caráter continuado ou permanente da figura do desaparecimento forçado de pessoas, na qual o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto

⁷³ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 37. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade. Em conformidade com todo o exposto, a Corte reiterou que o desaparecimento forçado constitui uma violação múltipla de vários direitos protegidos pela Convenção Americana, que coloca a vítima em um estado de completa desproteção e acarreta outras violações conexas, sendo especialmente grave quando faz parte de um padrão sistemático ou prática aplicada ou tolerada pelo Estado⁷⁴.

A Corte concluiu que já há a consolidação internacional de considerar o desaparecimento forçado como uma grave violação de direitos humanos, já que implica em outras relevantes transgressões e também pela consequente natureza dos direitos lesionados. Devido seu caráter pluriofensivo e permanente, a prática desse crime resulta no afastamento de princípios essenciais que o Sistema Interamericano se funda, assim sua proibição assumiu a natureza de *jus cogens*⁷⁵, tendo o Estado o dever de investigar e punir os responsáveis:

Do mesmo modo, a Corte reitera que o desaparecimento forçado de pessoas constitui uma violação múltipla que se inicia com uma privação de liberdade contrária ao artigo 7 da Convenção Americana. Como estabeleceu o Tribunal, a sujeição de pessoas detidas a órgãos oficiais de repressão, a agentes estatais ou a particulares que atuem com sua aquiescência ou tolerância, que impunemente pratiquem a tortura ou assassinato, representa, por si mesmo, uma infração ao dever de prevenção de violações dos direitos à integridade pessoal e à vida, estabelecidos nos artigos 5 e 4 da Convenção Americana, ainda na hipótese em que os atos de tortura ou de privação da vida destas pessoas não possam ser demonstrados no caso concreto. Por outro lado, desde seu primeiro caso contencioso, a Corte também afirmou que a prática de desaparecimento implicou, com frequência, na execução dos detidos, em segredo e sem fórmula de julgamento, seguida da ocultação do cadáver, com o objetivo de apagar toda pista material do crime e de procurar a impunidade dos que o cometeram, o que significa uma brutal violação do direito à vida, reconhecido no artigo 4 da Convenção. Esse fato, unido à falta de investigação do ocorrido, representa uma infração de um dever jurídico a cargo do Estado, estabelecido no artigo 1.1 da Convenção, em relação ao

⁷⁴ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 38. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁷⁵ *Jus cogens* é uma norma imperativa do Direito Internacional que obriga os Estados e as Organizações Internacionais, não sofrendo derrogação pela vontade individual deles: “ Art. 53. É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral. Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza.

Art. 64. Se sobrevier uma nova norma imperativa de Direito Internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se”. BRASIL. **Decreto nº 7.030**, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm>. Acesso em: 17/03/2019.

artigo 4.1 do mesmo instrumento, qual seja, o de garantir a toda pessoa sujeita a sua jurisdição a inviolabilidade da vida e o direito a não ser dela privado arbitrariamente. Finalmente, a Corte concluiu que o desaparecimento forçado também implica a vulneração do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, estabelecido no artigo 3 da Convenção Americana, uma vez que o desaparecimento busca não somente uma das mais graves formas de subtração de uma pessoa de todo o âmbito do ordenamento jurídico, mas também negar sua existência e deixá-la em uma espécie de limbo ou situação de indeterminação jurídica perante a sociedade e o Estado⁷⁶.

No presente caso, a Corte Interamericana também foi provocada a decidir sobre a compatibilidade da Lei de Anistia Brasileira com os direitos estabelecidos nos artigos 1.1, 2, 8.1 e 25 da Convenção Americana, ou seja, se os efeitos da Lei de Anistia em relação às graves violações de direitos humanos ainda poderiam continuar, mesmo o Estado do Brasil se obrigando a cumprir o Pacto de São José da Costa Rica após sua adesão.

O Brasil alegou que não poderia investigar nem punir os responsáveis pelos desaparecimentos forçados, porque estariam impossibilitados pela Lei de Anistia, privando os familiares das vítimas como toda a sociedade do direito à investigação, sanção penal dos culpados e também conhecimento da verdade. A CIDH salientou que as leis de anistias que garantem a permanência da impunidade dos autores de graves violações de direitos humanos são contrárias às obrigações previstas na Convenção e à jurisprudência da Corte Interamericana.

Além disso, reiterou o entendimento da Corte de que nenhuma norma de direito interno, em destaque às excludentes de responsabilidade, pode impossibilitar que um Estado cumpra suas obrigações, principalmente quando se tratar de graves violações de direitos humanos que consistem em crimes contra humanidade, como é o caso dos desaparecimentos forçados, que são crimes imprescritíveis e inaniistiáveis.

A Corte Interamericana afirmou que a Lei de Anistia garantiu a total impunidade, já que os crimes conexos abrangeram todos os agentes públicos que cometeram graves violações de direitos humanos, e a continuidade dessa interpretação foi reafirmada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal,

⁷⁶ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 45. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019

funcionando como empecilho do exercício do direito de acesso à justiça e do direito à verdade:

Essa interpretação foi referendada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, o que torna maior o obstáculo que a lei representa para a investigação dos fatos, pelos efeitos vinculantes e eficácia *erga omnes* dessa decisão. Finalmente, salientaram a irrelevância do contexto de criação da Lei de Anistia para o Direito Internacional, pois consideraram que, na medida em ela impeça a persecução dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, será contrária às obrigações internacionais do Estado. A Lei de Anistia não foi o resultado de um processo de negociação equilibrada, já que seu conteúdo não contemplou as posições e necessidades reivindicadas por seus destinatários e respectivos familiares. Desse modo, atribuir o consentimento à anistia para os agentes repressores ao lema da campanha e aos familiares dos desaparecidos é deformar a história.⁷⁷

O Estado brasileiro, além da anistia, justificou sua inércia quanto às investigações e punições, se respaldando na prescrição dos crimes cometidos durante o regime militar e na falta de tipificação do crime de desaparecimento forçado e tortura no ordenamento jurídico brasileiro, também se apoiou no argumento de que o costume internacional não poderia ser fonte de direito penal, e, assim, aproveitou para invocar os princípios da irretroatividade penal e da legalidade.

Ainda argumentou que a existência da tipificação de qualquer crime em alguma convenção ou outro documento internacional que não tivesse sido subscrita pelo Brasil não eram suficientes para ter força normativa interna e nem mesmo o costume internacional, porque estariam ferindo o princípio da legalidade. Como também a tipificação posterior de delito não poderia produzir efeitos sob atos anteriores, só poderia ser usada para punir condutas futuras, obedecendo ao princípio da irretroatividade penal.

Diante disso, a Corte concluiu que o Brasil violou os artigos 8 e 25 correlatados com os artigos 1.1 e 2 da Convenção, como também violou os artigos 1,6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura, já que não tomou nenhuma providência eficaz para evitar, prevenir e sancionar atos de tortura a quais as vítimas desaparecidas foram submetidas⁷⁸.

⁷⁷ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 48. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019

⁷⁸ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Ib idem*. p. 48.

O Tribunal determinou que é um dever jurídico próprio do Estado a obrigação de investigar as violações de direitos humanos, e não mera formalidade, devendo o Estado, assim que tomar conhecimento do fato, começar uma investigação *ex officio* e sem tardar para determinar a verdade, processar e punir os autores dos crimes, e se for possível, buscar a reparação dos danos causados pela violação dos direitos humanos:

A antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas reconheceu que exigir responsabilidade dos autores de violações graves dos direitos humanos é um dos elementos essenciais de toda reparação eficaz para as vítimas e 'um fator fundamental para garantir um sistema de justiça justo e equitativo e, em definitivo, promover uma reconciliação e uma estabilidade justas em todas as sociedades, inclusive nas que se encontram em situação de conflito ou pós-conflito, e pertinente no contexto dos processos de transição'⁷⁹.

E quando o Estado brasileiro não permite que as vítimas de grandes violações de direitos humanos ou seus familiares tenham acesso aos seus direitos de serem ouvidas, buscarem judicialmente os esclarecimentos dos acontecimentos e a punição dos responsáveis, como também a possível reparação, ignora não só as normas convencionais de Direito Internacional imperativas para os Estados Partes, como também suas próprias leis internas que preveem o direito de denunciar, apresentar queixas, provas, petições ou qualquer outra medida com o objetivo de participar processualmente da investigação criminal. Logo, se o Estado não busca punir as violações de direito e nem oferece os meios para isso, não cumpriu sua obrigação de assegurar o livre e pleno exercício de direitos às pessoas submetidas a sua jurisdição⁸⁰.

Ao anistiar os autores de graves violações, o Estado impede a punição deles como também a reparação das vítimas, violando as suas obrigações internacionais. As anistias se comportam como obstáculos para responsabilização dos culpados por violações graves aos direitos humanos, sendo assim, as leis de anistia no tocante às graves violações de direitos humanos, são incompatíveis com o Direito Internacional e as próprias obrigações dos Estados.

⁷⁹ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 53. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019. *Ib idem*.

⁸⁰ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Ib idem*. p.51-52.

A CIDH salientou que não se tratava apenas do seu entendimento particular, mas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgãos das Nações Unidas e outros organismos universais e regionais de proteção aos direitos humanos. E foi esse mesmo posicionamento que já estava firmado na jurisprudência da Corte ao decidir os casos referentes à Argentina⁸¹, Chile⁸², Uruguai⁸³, Peru⁸⁴, El Salvador⁸⁵ e Haiti⁸⁶. Assim, a incompatibilidade da Lei de Anistia Brasileira com as obrigações convencionais do Brasil não deveria ser novidade no âmbito nacional.

Ainda retratou o falso dilema entre paz ou reconciliação contra a justiça, que é muito usado para fundamentar o uso de anistias nas sociedades que sofreram conflitos, porque ao deixar de penalizar os responsáveis por crimes monstruosos na tentativa de alcançar a paz, na verdade, acontece o estímulo aos beneficiados a cometerem novos delitos, logo a anistia não é uma condição necessária de paz e nem a justiça um fator de prolongamento de conflito.

A Corte trouxe à tona a Declaração e o Programa de Ação de Viena da Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993) que determinou que os Estados que tivessem legislação que contribuisse para a impunidade dos autores de graves violações de direitos humanos deveriam revogá-la. E reafirmou a ideia de que em situações de desaparecimentos forçados os Estados estão obrigados a, primeiramente, impedi-las e caso não seja possível evitá-las, julgar os responsáveis pelos fatos⁸⁷:

É fundamental adotar medidas efetivas de prevenção, para que não haja desaparecimentos. Entre elas, destacam-se [...] a instauração de processo contra todas as pessoas acusadas de cometer atos de desaparecimento forçado, a garantia de que sejam processadas em tribunais civis competentes e que não se dê acolhida a nenhuma lei especial de anistia ou

⁸¹ Cf. CIDH. Relatório nº 28/92, Casos 10.147; 10.181; 10.240; 10.262; 10.309, e 10.311. Argentina, de 2 de outubro de 1992, pars. 40 e 41.

⁸² Cf. CIDH. Relatório nº 34/96, Casos 11.228; 11.229; 11.231, e 11.282. Chile, 15 de outubro de 1996, par. 70, e CIDH. Relatório nº 36/96. Chile, 15 de outubro de 1996, par. 71.

⁸³ Cf. CIDH. Relatório nº 29/92. Casos 10.029, 10.036 e 10.145. Uruguai. 2 de outubro de 1992, pars. 50 e 51.

⁸⁴ Cf. CIDH. Relatório nº 20/99, Caso 11.317. Peru, de 23 de fevereiro de 1999, pars. 159 e 160; CIDH. Relatório nº 55/99, Casos 10.815; 10.905; 10.981; 10.995; 11.042 e 11.136. Peru, 13 de abril de 1999, par. 140; CIDH. Relatório nº 44/00, Caso 10.820. Peru, 13 de abril de 2000, par. 68, e CIDH. Relatório nº 47/00, Caso 10.908. Peru, 13 de abril de 2000, par. 76.

⁸⁵ Cf. CIDH. Relatório nº 1/99, Caso 10.480. El Salvador, de 27 de janeiro de 1999, pars. 107 e 121.

⁸⁶ Cf. CIDH. Relatório nº 8/00, Caso 11.378. Haiti, de 24 de fevereiro de 2000, pars. 35 e 36.

⁸⁷ CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p.56. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

a medidas análogas, que possam eximi-las de ações ou sanções penais, e da concessão de reparação e indenização adequada às vítimas e seus familiares⁸⁸.

Também exemplificou que a Corte Suprema de Justiça da Argentina adotou os paradigmas internacionais em relação as leis de anistias, declarando sua lei de anistia sem efeito, já que impediam a investigação, julgamento e possível condenação dos que cometiam crimes de graves violações de direitos humanos. E a Corte Suprema de Justiça do Chile definiu que a lei de anistia deveria ser interpretada conforme às convenções protetoras dos direitos fundamentais do indivíduo e punitivas das graves violações contra ele cometidas. Reiterando que Uruguai, Colômbia e Peru também aderiram essa linha de julgamento de que as leis de anistias não são compatíveis com as obrigações internacionais do Estado na proteção dos direitos humanos, devendo ser consideradas, principalmente em casos de graves violações de direitos humanos, ilegítimas, inválidas, nulas e inconvenções.

A CIDH concordou com a afirmação feita pela Corte Suprema de Justiça da Colômbia de que a jurisprudência e as recomendações dos organismo internacionais sobre direitos humanos devem ser usados como critério preferencial de interpretação na justiça nacional, por isso, deve prevalecer o entendimento da não aceitabilidade de anistias para fatos de violações graves de direitos humanos, por transgredir o dever internacional dos Estados de investigar e punir tais violações⁸⁹. Contudo, como vimos na exposição da sentença sobre do Supremo Tribunal Federal, não foi esse parâmetro adotado pela justiça brasileira:

A Corte Interamericana considera que a forma na qual foi interpretada e aplicada a Lei de Anistia aprovada pelo Brasil (pars. 87, 135 e 136 *supra*) afetou o dever internacional do Estado de investigar e punir as graves violações de direitos humanos, ao impedir que os familiares das vítimas no presente caso fossem ouvidos por um juiz, conforme estabelece o artigo 8.1 da Convenção Americana, e violou o direito à proteção judicial consagrado no artigo 25 do mesmo instrumento, precisamente pela falta de investigação, persecução, captura, julgamento e punição dos responsáveis

⁸⁸ Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários das Nações Unidas *apud* **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p.57. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁸⁹ CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p.63-64 Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

pelos fatos, descumprindo também o artigo 1.1 da Convenção. Adicionalmente, ao aplicar a Lei de Anistia impedindo a investigação dos fatos e a identificação, julgamento e eventual sanção dos possíveis responsáveis por violações continuadas e permanentes, como os desaparecimentos forçados, o Estado descumpriu sua obrigação de adequar seu direito interno, consagrada no artigo 2 da Convenção Americana⁹⁰.

Para a Corte Interamericana, todos os Estados cumprindo as obrigações contidas nos artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana, após aderi-la, têm o dever de adotar as medidas necessárias para deixar sem efeito as disposições normativas internas que contrariassem a esse mesmo instrumento, como é o caso das leis que privam as vítimas da proteção judicial, que perduram a impunidade e impedem o conhecimento da verdade dos fatos.

Assim, a Lei de Anistia brasileira deveria carecer de efeitos jurídicos, porque ela já foi demonstrada como incompatível com o Pacto de São José da Costa Rica, ao se comportar como obstáculo na investigação e sanção das graves violações de direitos humanos do presente caso.

Vale ressaltar, que a alegação do STF na ADPF nº 153 de que a anistia brasileira não se enquadrava nos critérios de “autoanistia”⁹¹ e por isso, não estava em desacordo com a Convenção Americana e o entendimento da CIDH, foi refutada já que a própria Corte determinou que a incompatibilidade com a Convenção inclui todas as anistias de graves violações de direitos humanos, e não se limita só às autoanistias.

O Supremo Tribunal Federal brasileiro ao validar a interpretação da Lei de Anistia sem se respaldar nos deveres internacionais assumidos pelo Brasil voluntariamente como Estado parte da Convenção Americana, não realizou a adequação do direito doméstico ao direito internacional, ignorando o dever de cumprir as obrigações internacionais de boa-fé⁹².

Além disso, a CIDH recorreu ao art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969), ressaltando que segundo ele, os Estados Partes não podem invocar as disposições de seu direito interno para justificar o descumprimento

⁹⁰ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p.63-64 Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁹¹ Cf. p. 30 do presente trabalho ao ser comentado o voto do Sr. Ministro Marco Aurélio.

⁹² Cf. art. 26 do Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009, que promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos artigos 25 e 66.

de um tratado, “[...] as obrigações convencionais dos Estados Partes vinculam todos seus poderes e órgãos, os quais devem garantir o cumprimento das disposições convencionais e seus efeitos próprios (*effet utile*) no plano de seu direito interno” ⁹³:

Este Tribunal estabeleceu em sua jurisprudência que é consciente de que as autoridades internas estão sujeitas ao império da lei e, por esse motivo, estão obrigadas a aplicar as disposições vigentes no ordenamento jurídico. No entanto, quando um Estado é Parte de um tratado internacional, como a Convenção Americana, todos os seus órgãos, inclusive seus juízes, também estão submetidos àquele, o que os obriga a zelar para que os efeitos das disposições da Convenção não se vejam enfraquecidos pela aplicação de normas contrárias a seu objeto e finalidade, e que desde o início carecem de efeitos jurídicos. O Poder Judiciário, nesse sentido, está internacionalmente obrigado a exercer um “controle de convencionalidade” *ex officio* entre as normas internas e a Convenção Americana, evidentemente no marco de suas respectivas competências e das regulamentações processuais correspondentes. Nessa tarefa, o Poder Judiciário deve levar em conta não somente o tratado, mas também a interpretação que a ele conferiu a Corte Interamericana, intérprete última da Convenção Americana.⁹⁴

Outro ponto levantado pela Supremo Tribunal Federal foi que caso fosse feita a punição dos autores de crimes de graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar, estariam ofendendo os princípios da legalidade e da irretroatividade⁹⁵, entretanto, a Corte denegou tal argumento, já que o desaparecimento forçado possui natureza contínua ou permanente, assim, esses crimes só cessariam quando fosse determinado o paradeiro das vítimas e suas identidades, logo, não há uma aplicação retroativa desse delito, simplesmente pelo fato dele ainda não ter se extinguido.

A CIDH concluiu que o Brasil ao interpretar e aplicar a Lei de Anistia como perpetuadora da falta de investigação dos fatos e também da falta de julgamento e punição dos culpados, descumpriu sua obrigação de adequar o seu direito interno à Convenção Americana.

A Corte também discutiu o fato do Estado brasileiro não contribuir efetivamente para elucidação dos acontecimentos e acesso à informação pelas

⁹³ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p.66. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019

⁹⁴ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Ib idem*. p. 65.

⁹⁵ Cf. p.41 do presente trabalho.

vítimas e seus familiares, fazendo silêncio, não entregando documentos ou não comprovando a destruição destes⁹⁶, ou seja, violam o direito à informação.

Mesmo reconhecendo algumas medidas por parte do Estado do Brasil, como o projeto “Memórias reveladas” ou a Comissão Especial, a Corte Interamericana declarou que as medidas foram insuficientes para esclarecer os desaparecimentos forçados e localizar os restos mortais das vítimas da Guerrilha do Araguaia. Sendo que o direito à liberdade de pensamento e expressão inclui também o direito de buscar, receber e divulgar informações e ideias, abrangendo a proteção do direito de acesso à informação sob o controle do Estado, como pode ser visto no art. 13 da Convenção.

Conforme a Corte, o acesso à informação pública é uma condição fundamental da democracia, já que as autoridades devem garantir o máximo de transparência e divulgação. Dessa forma, as vítimas de graves violações de direitos humanos e seus familiares tem o direito de conhecer a verdade e toda a sociedade também deve ser informada desses acontecimentos.

O meio para os familiares conhecer a verdade é tendo acesso à justiça, não podendo as autoridades estatais, em casos de graves direitos humanos, utilizar de recursos como o segredo de Estado ou a confidencialidade para se negar a entregar a informação. Diante do exposto, a Corte consumou que o Brasil violou o direito dos indivíduos de buscar e de receber informação⁹⁷.

Além disso, a Corte entendeu que os familiares diretos das vítimas de graves violações de direitos humanos também eram vítimas, porque poderia se presumir dano à integridade psíquica e moral deles diante do desaparecimento forçado de seus entes queridos, falta de esclarecimento das violações e paradeiro final, como também por não terem a possibilidade de sepultar os restos mortais⁹⁸.

No final, a CIDH condenou o Brasil pelas seguintes violações à Convenção Americana⁹⁹: desaparecimento forçado e os direitos violados de 62 pessoas

⁹⁶ Cf. Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977.

⁹⁷ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. p. 77-80. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

⁹⁸ CIDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Ib idem*. p. 86-90.

⁹⁹ As violações no total são dos seguintes artigos da Convenção Americana: 3 (direito ao reconhecimento da personalidade jurídica), 4 (direito à vida), 5 (direito à integridade pessoal), 7 (direito à liberdade pessoal), 8 (garantias judiciais), 13 (liberdade de pensamento e expressão) e 25

desaparecidas (artigos 3, 4, 5 e 7); aplicação da Lei de Anistia como empecilho à investigação, julgamento e punição dos crimes (artigos 1.1, 2, 8.1 e 25); ineficácia das ações judiciais não penais (artigos 1.1, 8 e 25); falta de acesso à informação sobre o ocorrido com as vítimas desaparecidas e executadas (artigos 1.1 e 13); e falta de acesso à justiça, à verdade e à informação (artigos 1.1 e 5)¹⁰⁰.

Apesar de reconhecer e valorar as providências já tomadas pelo Estado brasileiro para reparar as vítimas da ditadura militar e seus familiares, a Corte determinou que não foram suficientes no caso em questão, e como a Convenção Americana prevê que toda violação de obrigação internacional que tenha causado dano gera o dever do Estado de repará-lo adequadamente, estipulou algumas medidas de reparação a serem cumpridas pelo Brasil: investigar os fatos, julgar, e se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas; adotar medidas de reabilitação (tratamento físico e psicológico dos familiares das vítimas), satisfação (publicação dessa sentença; ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional; e dia dos desaparecidos políticos no Brasil e memorial) e garantias de não repetição (educação em direitos humanos nas Forças Armadas; tipificação do delito de desaparecimento forçado; acesso, sistematização e publicação de documentos em poder do Estado; criação de uma Comissão da verdade); e indenizações por dano material e imaterial¹⁰¹.

(proteção judicial), correlatados aos artigos 1.1 (obrigação geral de respeito e garantia dos direitos humanos) e 2 (dever de adotar disposições de direito interno).

¹⁰⁰ Cf. Voto Fundamentado do juiz *ad hoc* Roberto De Figueiredo Caldas com relação à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil, de 24 De novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/8c83125989d29928cf577ae08e4f22e3.pdf>>. Acesso em: 20/03/2019.

¹⁰¹ *Idem*.

5 O EMBATE ENTRE O DIREITO INTERNO BRASILEIRO E O DIREITO INTERNACIONAL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A divergência existente entre a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153 e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs Brasil reflete a desarmonização entre o direito doméstico brasileiro e o direito internacional. O tipo de conflito que não deveria mais existir diante do compromisso assumido pelo Estado Parte de adequar as suas normas internas às convenções que subscreve.

5.1 O Voto Fundamentado do juiz *ad hoc* Roberto De Figueiredo Caldas como crítica ao comportamento do STF

Como foi analisado, a decisão do Supremo Tribunal federal colidiu com a jurisprudência da Corte Interamericana por não respeitar as normas com caráter de *jus cogens*, que são aquelas peremptórias e obrigatórias aos Estados Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e por isso, o Brasil foi condenado¹⁰².

Quando um Estado adere voluntariamente a Convenção Americana, ela será superior no que se refere aos Direitos Humanos, ou seja, quando um Estado reconhece a competência da jurisdição da Corte, cabe a ela o controle externo de verificação da compatibilidade das leis domésticas aos tratados internacionais e a palavra final para terminar a discussão sobre assunto de direitos humanos, os supremos tribunais são responsáveis somente pelo controle de constitucionalidade e a última palavra no âmbito interno do seu Estado, assim, “[...] todos os poderes públicos e esferas nacionais, bem como as respectivas legislações federais, estaduais e municipais de todos os Estados aderentes estão obrigados a respeitá-la e a ela se adequar”¹⁰³:

Mesmo as Constituições nacionais não de ser interpretadas ou, se necessário, até emendadas para manter harmonia com a Convenção e com

¹⁰² CALDAS, Roberto de Figueiredo. **Voto Fundamentado do juiz *ad hoc* Roberto De Figueiredo Caldas com relação à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil**, de 24 De novembro de 2010. p. 1. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/8c83125989d29928cf577ae08e4f22e3.pdf>>. Acesso em: 20/03/2019.

¹⁰³ CALDAS, Roberto de Figueiredo. *Ib idem*. p. 3.

a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. De acordo com o artigo 2º da Convenção, os Estados comprometem-se a adotar medidas para eliminar normas legais e práticas de quaisquer espécies que signifiquem violação a ela e, também ao contrário, comprometem-se a editar legislação e desenvolver ações que conduzam ao respeito mais amplo e efetivo da Convenção¹⁰⁴.

O Brasil como Estado parte da Convenção Americana sobre Direitos Humanos deve adequar seu ordenamento jurídico interno a ela, porque não são as convenções ou outros tratados de direitos humanos que devem se adaptar ou se subordinar ao sistema normativo doméstico de cada Estado membro, mas sim a ordem jurídica interna que deve se harmonizar com o ordenamento jurídico internacional, já que o objetivo deste é justamente aperfeiçoar o direito interno para maximizar a proteção dos direitos humanos nele reconhecidos:

Portanto, em prol da garantia da supremacia dos Direitos Humanos, especialmente quando degradados por crimes de lesa-humanidade, faz-se mister reconhecer a importância dessa sentença internacional e incorporá-la de imediato ao ordenamento nacional, de modo a que se possa investigar, processar e punir aqueles crimes até então protegidos por uma interpretação da Lei de Anistia que, afinal, é geradora de impunidade, descrença na proteção do Estado e de uma ferida social eternamente aberta, que precisa ser curada com a aplicação serena mas incisiva do Direito e da Justiça¹⁰⁵.

Ainda vale pontuar, que contrariamente a colocação do STF na ADPF nº 153¹⁰⁶, mesmo que a Convenção Sobre a Imprescritibilidade Dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade não seja ratificada, ela deverá ser aplicada, porque ela não cria algo novo, apenas consolida, “esses instrumentos supranacionais só fazem reconhecer aquilo que o costume internacional já determinava”¹⁰⁷, devendo o Estado usar sim o costume internacional como fonte de direito.

Logo, mesmo diante do descaso do Brasil de não ratificar a Convenção Sobre a Imprescritibilidade Dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade (1968), a Corte Interamericana já determinou que a obrigação de cumpri-la não decorre apenas da ratificação, mas do costume internacional. Já que os crimes

¹⁰⁴ CALDAS, Roberto de Figueiredo. **Voto Fundamentado do juiz *ad hoc* Roberto De Figueiredo Caldas com relação à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil**, de 24 De novembro de 2010. p. 3. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/8c83125989d29928cf577ae08e4f22e3.pdf>>. Acesso em: 20/03/2019.

¹⁰⁵ CALDAS, Roberto de Figueiredo. *Ib idem*. p. 4.

¹⁰⁶ Cf. argumento colocado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 53, exposto neste trabalho na p. 40.

¹⁰⁷ CALDAS, Roberto de Figueiredo. *Op cit*. p. 3.

imprescritíveis nela definidos são considerados normas de Direito Internacional geral, porque não nascem com a criação da Convenção, mas são apenas reconhecidos formalmente por ela.

O Estado do Brasil já reconheceu sua responsabilidade pelas execuções, torturas e desaparecimentos forçados por meio da Lei nº 9.140/95, entretanto de forma limitada, já que para ser plena e eficaz deveria permitir a investigação, processamento e punição dos autores de graves violações de direitos humanos. Mas preferiu perpetuar tais crimes e permanecer com a sua Lei de Anistia:

Finalmente é prudente lembrar que a jurisprudência, o costume e a doutrina internacionais consagram que nenhuma lei ou norma de direito interno, tais como as disposições acerca da anistia, as normas de prescrição e outras excludentes de punibilidade, deve impedir que um Estado cumpra a sua obrigação inalienável de punir os crimes de lesa-humanidade, por serem eles insuperáveis nas existências de um indivíduo agredido, nas memórias dos componentes de seu círculo social e nas transmissões por gerações de toda a humanidade¹⁰⁸.

5.2 Incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com os tratados internacionais de direitos humanos

A Lei de Anistia Brasileira deveria ter sido submetida a um controle jurisdicional, no qual o Estado brasileiro deveria ter analisado a compatibilidade desta com os tratados internacionais de direitos humanos que foram subscritos por ele. Porque nem tudo o que é recepcionado pela Constituição, está também em conformidade com os tratados internacionais.

Mesmo sabendo que a Lei de Anistia Brasileira seria discutida também na audiência do Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil, o STF preferiu antecipar o julgamento da ADPF nº 153, assumindo o risco de proferir decisão contrária à Corte. E foi exatamente isso que o Supremo Tribunal Federal fez, apesar de ter tido a oportunidade de apurar a conformidade da Lei nº 6.683/79 com os tratados internacionais ao apreciar essa ADPF, preferiu optar por ignorar o entendimento internacional firmado pela CIDH sobre a incompatibilidade das leis de

¹⁰⁸ Roberto de Figueiredo. **Voto Fundamentado do juiz *ad hoc* Roberto De Figueiredo Caldas com relação à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil**, de 24 De novembro de 2010. p. 8. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/8c83125989d29928cf577ae08e4f22e3.pdf>>. Acesso em: 20/03/2019.

anistia com os princípios de proteção internacional de direitos humanos firmados na Convenção Americana:

Como a questão da validade da Lei de Anistia brasileira era um ponto em comum entre a ADPF 153/DF e o Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia), apresentado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, é possível que devido a uma ingênua estratégia de litígio, muito provavelmente para que se pudesse argumentar que o Estado brasileiro já havia resolvido essa questão internamente, o julgamento da ADPF 153/DF foi colocado em pauta, para ocorrer nos dias 28 e 29.04.2010, às vésperas da audiência pública do Caso Gomes Lund, a qual se realizaria nos dias 20 e 21 de maio seguintes, perante a Corte Interamericana em São José da Costa Rica¹⁰⁹.

O Supremo Tribunal Federal ao julga a ADPF nº 153, não observou a nenhum tratado internacional de qual fazia parte, e ainda quando pontuou sobre essa questão, escolheu convenientemente falar da Convenção Americana, que tinha sido aderida posteriormente a Ditadura Militar, e da Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade (1968), que o Brasil nunca chegou a fazer parte. É hipocrisia invocar essas duas convenções para se eximir de suas obrigações internacionais, porque não são suficientes, já que o Estado brasileiro à época de seu regime de exceção já tinha Direito internacional positivado (expresso em convenções internacionais) que eram referentes aos Direitos Humanos, estavam em vigência e tinham sido incorporados formalmente na ordem jurídica interna brasileira, conforme Deisy Ventura expõe¹¹⁰:

Um grave problema de enfoque na identificação do Direito aplicável à demanda precisa, então, ser denunciado. Reconhecer apenas as obrigações internacionais 'positivadas' em tratados incorporados ao Direito interno constitui uma tendência jurisprudencial que poderia ser criticada por si só. Mas não é o que farei neste momento. Contento-me em sublinhar que, ao refutar a aplicação da Convenção sobre a Tortura por ter vigência superveniente à da Lei de Anistia, o STF aparenta ser positivista. Nada mais do que aparência: tributário de sua própria lógica, o puro positivismo não permitiria escolher, entre as convenções internacionais, apenas aquelas que não estão em vigor, e somente para refutá-las, ignorando em absoluto as que são perfeitamente vigentes, mas não servem a dado escopo. Inova o

¹⁰⁹ DUTRA, Deo Campos; LOUREIRO, Sílvia Maria da Silveira. **A declaração de inconvenção da Lei de Anistia brasileira pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)**. Revista dos Tribunais. São Paulo. v.101. n.920. p.183-203. jun. 2012. p. 5. Disponível em: <https://www.academia.edu/35818844/A_DECLARACAO_DE_INCONVENIENCIA_DA_LEI_DE_ANISTIA_BRASILEIRA_PELA_CORTE_INTERAMERICANA_DE_DIREITOS_HUMANOS_-_NO_CASO_GOMES_LUND_E_OUTROS_VS._BRASIL_GUERRILHA_DO_ARAGUAIA>. Acesso em: 01/12/2018.

¹¹⁰ VENTURA, Deisy. A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição. Ed. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. N.4 p.196-227, jul./dez.2010. p. 205. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30001.pdf>>. Acesso em: 10/02/2019.

STF, neste caso, ao praticar uma espécie de positivismo à la carte, e não sem profundas consequências. Independentemente do teor do veredicto, **tivesse a Corte enfrentado a questão de saber se as graves violações de Direitos Humanos praticadas por agentes públicos durante o regime militar configuram ou não crimes internacionais ou crimes contra a humanidade, o debate no STF teria ocorrido em diapasão doutrinário, legal e jurisprudencial radicalmente diverso.** Caberia a uma Corte Suprema atenta à evolução do Direito da segunda metade do século passado travar esse debate. O STF preferiu, porém, ao longo das 266 páginas deste florão estatalista, desfilar revisões aventureiras da história, além da regurgitação de questões desprovidas de transcendência, se comparadas ao que o mundo jurídico construiu nos últimos 70 anos¹¹¹. (grifo original)

O STF ao examinar alguma demanda deve ir além das condições de constitucionalidade de uma norma, deve verificar também se ela está de acordo com os tratados de direitos humanos e com a jurisprudência da Corte Interamericana. Entretanto, o que aconteceu na análise da ADPF nº 153, foi um total desprezo por parte do Supremo Tribunal Federal pelo direito internacional, que em nenhum momento quis admitir a incompatibilidade da Lei nº 6.683/79 com os tratados internacionais de direitos humanos e muito menos aplicar as normas internacionais relativas à proteção da pessoa humana:

Entre as normas internacionais de vigência incontroversa no país, destacam-se, pois, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, pilares do Direito Internacional dos Direitos Humanos; e as Convenções de Genebra, que constituem a pedra angular do Direito Internacional humanitário. Não há dúvidas sobre o grau de adesão do Brasil, um dos 51 Estados fundadores da Organização das Nações Unidas, ao movimento internacionalista que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, gerador não somente do sistema institucional *onusiano*, mas do cerne convencional do processo de universalização dos Direitos Humanos, em curso até nossos dias. No entanto, **este Direito Internacional convencional não foi empregado, em momento algum, no julgamento da ADPF 153.** Não se cogita a aplicação de tais Convenções sequer em seu mais qualificado voto, o do dissidente ministro Ricardo Lewandowski, que assim rechaça o debate sobre os crimes de lesa-humanidade [...] ¹¹². (grifo original)

Vale ressaltar, que fazia parte da obrigação internacional do Estado brasileiro fazer a adaptação *ex officio* do direito doméstico às normas internacionais a que subscrevem, porque ele assume essa responsabilidade de fazer com que as leis

¹¹¹ VENTURA, Deisy. A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição. Ed. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. N.4 p.196-227, jul./dez.2010. p. 209-210. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30001.pdf>>. Acesso em: 10/02/2019.

. p. 209-210.

¹¹² VENTURA, Deisy. *Ib idem*. p. 204..

internas cumpram e se adequem aos tratados internacionais que ele ratifica ou adere:

Quando um Estado se torna Parte de um tratado internacional tal qual a Convenção Americana de Direitos Humanos todo seu ordenamento jurídico é submetido ao tratado, inclusive seus juízes, aos quais incumbiria a obrigação de garantir o cumprimento também das obrigações pactuadas na seara internacional. A obrigação de cumprir as obrigações internacionais contraídas voluntariamente corresponde não somente ao princípio básico do *pacta sunt servanda* sobre a responsabilidade internacional dos Estados, mas também ao disposto na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, à qual o Brasil também aderiu, que dispõe que os Estados não podem descumprir obrigações internacionais por razões de ordem interna (artigo 27)¹¹³.

O Brasil deveria não só fazer a harmonização das normas domésticas com a Convenção Americana e respeitar os direitos estabelecidos no instrumento internacional que subscreveu, como também cumprir o dever de adotar medidas capazes de garanti-los. Decorrente disso, não pode invocar seu direito interno para escapar da responsabilização internacional, já que o seu próprio ordenamento jurídico nacional deveria ter sido adequado à ordem internacional.

Assim, nem a Lei nº 6.683/79 e nem a decisão do STF sobre a ADPF nº 153 podem eximir o Estado brasileiro do cumprimento de seus compromissos internacionais, conforme prevê o já mencionado art. 27 da Convenção de Viena, porque “[...] para fins da responsabilização internacional, não se considera o direito doméstico do Estado, mas sim as obrigações por ele assumidas perante a comunidade internacional”¹¹⁴.

Devendo, o Brasil não só reconhecer sua responsabilização e condenação internacional pela Corte, mas mais do que isso, cumprir integralmente as obrigações e reparações estabelecidas na sentença proferida no Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil, porque o que vêm ocorrendo é um cumprimento parcial que marginaliza as principais incumbências em vez de uma realização total e espontânea de todos os deveres estabelecidos, impedindo a concretização da proteção dos direitos humanos.

¹¹³ TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014. p. 183.

¹¹⁴ BRAGATO, Fernanda Frizzo; COUTINHO, Isabella Maraschin. **A efetivação do direito à memória e à verdade no contexto brasileiro: o julgamento do caso Julia Gomes Lund pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Revista de Direito Internacional. Brasília. v.9. n.1. p.125-42. jan./jun. 2012. p. 139.

O Estado brasileiro violou as normas firmadas como *jus cogens*, o costume internacional, os princípios gerais de direito internacional e os tratados internacionais, evidenciando que não foi capaz de realizar a adequação do direito interno aos tratados internacionais, precisando da intervenção de um Tribunal Internacional para garantir a proteção dos direitos humanos consagrados:

[...] o sistema interamericano se legitima como importante e eficaz instrumento para a proteção dos direitos humanos, quando as instituições nacionais se mostram falhas ou omissas. Com a atuação da sociedade civil, a partir de articuladas e competentes estratégias de litigância, o sistema interamericano tem a força catalizadora de promover avanços no regime de direitos humanos. Permitiu a desestabilização dos regimes ditatoriais; exigiu justiça e o fim da impunidade nas transições democráticas; e agora demanda o fortalecimento das instituições democráticas com o necessário¹¹⁵.

O Supremo Tribunal ignorou todas as convenções de direitos humanos que já estavam em vigor no Brasil entre 1964-1985: Convenção sobre a Escravatura; Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, Acordo Relativo à Concessão de Título de Viagem para Refugiados sob Jurisdição do Comitê Intergovernamental de Refugiados; Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher; Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher; Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção para Melhoria da Sorte de Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha (I); Convenção para Melhoria da Sorte dos Feridos, Enfermos e Náufragos das Forças Armadas no Mar (II); Convenção Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra (III); Convenção Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra (IV); Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados; Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher; Convenção Relativa à Escravatura de 1926, pelo Protocolo aberto à assinatura na ONU; Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiado¹¹⁶.

¹¹⁵ PIOVESAN, Flávia *apud* PINTO, J. C. M. **A responsabilidade do Brasil pelos crimes contra humanidade: análise do julgamento “Gomes Lund e outros”**. Revista Prolegómenos- Derechos y Valores. Vol. XVI, n. 32. Bogotá, Jul/Dez 2013, p. 69-85. p. 82.

¹¹⁶ VENTURA, Deisy. A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição. Ed. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. N.4 p.196-227, jul./dez.2010. p. 205-206. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30001.pdf>>. Acesso em: 10/02/2019.

Mostrando que a sua posição em relação a ADPF nº 153 não foi por da falta da positivação de direitos humanos subscritos pelo Brasil, mas foi decorrente do desprezo pelo direito internacional e a falta de preocupação em preservar a pessoa humana, porque já havia um arsenal de tratados internacionais de direitos humanos cujos conteúdos já eram suficientes para o STF se respaldar e adotar uma conduta diferente em relação a Lei da Anistia brasileira.

5.3 Caráter obrigatório do cumprimento da sentença da CIDH pelo Estado brasileiro

Diante do exposto, fica clara a obrigatoriedade do Brasil de cumprir a sentença da CIDH, porque é o dever dele buscar a punição dos culpados por graves violações de direitos humanos, investigar os fatos, determinar o paradeiro das vítimas dando explicação para seus familiares, visando alcançar a verdade e justiça para a sociedade, formando uma memória consciente e segura para evitar a repetição dos tempos de cerceamento de direitos e governo autoritário:

Com efeito, o não cumprimento da sentença da Corte no caso ‘Gomes Lund’ representa a não efetivação pelo Brasil dos direitos humanos em seu âmbito interno, o que indica uma trajetória contrária à evolução do Direito Internacional. Ao contrário, o cumprimento da sentença significaria um fortalecimento da democracia e a construção de uma memória brasileira de repúdio às violações de direitos humanos, consolidando a proteção desses direitos no país¹¹⁷.

Apesar da necessidade de se adaptar ao direito internacional, principalmente no tocante à proteção de direitos humanos, há ainda resistência por parte do judiciário brasileiro em atender essa compatibilização e especialmente aplicação, como pode ser visto na decisão do STF na ADPF nº 153, que não se atentou ao entendimento internacional a respeito do tema, ou melhor, preferiu assumir um comportamento autoritário e de supremacia para desconsiderar as orientações da CIDH e da Convenção Americana.

O Estado brasileiro não mudou essa postura e continua adotando um comportamento autoritário ao não se submeter e obedecer totalmente aos encargos estabelecidos na sentença do Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha Do Araguaia”)

¹¹⁷ TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014. p. 195.

Vs. Brasil. Isso ocasiona uma insegurança jurídica, porque onde está a garantia, confiança e estabilidade de se pactuar com um país que pode invocar a qualquer momento seu sistema normativo interno para escapar de seus compromissos assumidos internacionalmente ao ratificar tratados internacionais?

Isso implica em enorme insegurança jurídica para Estados que firmem convenções com o país, haja vista que lei ordinária federal pode revogar um tratado internacional, em claro desrespeito ao Direito Internacional, particularmente ao artigo 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (“um Estado-parte de um tratado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado”). Demonstra-se, assim, a falta de prestígio e de obrigatoriedade das normas internacionais por parte do Judiciário brasileiro¹¹⁸.

Porque mesmo a sentença da Corte tendo caráter obrigatório, ela não possui nenhuma organização coativa para garantir o cumprimento de suas sentenças, tendo que forçar com os meios coercitivos que tem a sua disposição como o constrangimento político e também desprestigiar o país internacionalmente, o que para o Brasil não é bem visto já que está em constante busca de crescimento de participação na sociedade internacional¹¹⁹.

A obrigatoriedade da sentença também é atribuída ao judiciário, já que ele tem a função de garantir os acordos internacionais e principalmente proteger os direitos humanos, por isso, seria um passo de avanço na consolidação do direito internacional¹²⁰ no âmbito doméstico brasileiro, se o STF reconsiderasse sua posição em relação à Lei de Anistia e assumisse postura condizente com a proteção de direitos humanos tutelados na Convenção Americana.

Apesar da manifestação do Ministério Público Federal se mostrar favorável ao cumprimento da decisão da Corte Interamericana no Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil, deixando claro que a sentença da ADPF nº 153 não é um obstáculo para sua realização, ainda não pode ser visto na prática a observância completa das imposições feitas pela CIDH:

[...] 8. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é reconhecida pela Constituição como tribunal internacional de direitos humanos, com legitimidade para determinar obrigações a serem cumpridas pelo Brasil (artigo 7º da ADCT). Por esta razão, o MINISTÉRIO Público Federal, no

¹¹⁸ TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014. p. 184.

¹¹⁹ *Ib idem*. p. 196.

¹²⁰ *Idem*.

âmbito da sua atribuição constitucional (artigo 129), não pode descumprir as decisões expedidas pela Corte ao Brasil, uma vez que o reconhecimento pelo Estado de sua jurisdição também tem fundamento *constitucional*.

9. Em decorrência, o não cumprimento das sentenças da Corte só é possível se for precedido por *declaração de inconstitucionalidade* do ato de reconhecimento da jurisdição da Corte. Essa hipotética declaração de inconstitucionalidade é incompatível com a continuidade desse reconhecimento e gera a necessidade de denunciar a Convenção Americana de Direitos Humanos, o que violaria a proibição constitucional do retrocesso, contida no artigo 60- § 4º- IV da Constituição.

10. A jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF n. 153 não é, por isso, obstáculo ao cumprimento da decisão internacional que também tem amparo na Constituição. A *solução conciliatória* é necessária.

11. A solução conciliatória considera que as sentenças da Corte têm legitimidade na Constituição, e são compatíveis com o 4º-II, com o artigo 5º- §§ 2º e 3º e com o artigo 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Constituição acolhe os tratados internacionais de direitos humanos como fonte de direitos humanos como fonte de direito interno e podem ser interpretados e aplicados em específicas por Corte Internacional de direitos humanos e sua jurisdição para produzir efeitos internos (artigo 7º da ADCT). O corolário natural do reconhecimento de um tribunal internacional é *cumprir* suas sentenças.

12. A solução conciliatória também considera que o Ministério Público Federal tem a atribuição constitucional de defender o ordenamento jurídico e os direitos humanos. A aplicação de tratados internacionais de direitos humanos como fonte legítima de direito no âmbito interno do país é parte da atribuição do Ministério Público Federal. A busca do correto cumprimento das sentenças internacionais de direitos humanos, emitidas por Corte reconhecida pela Constituição brasileira, também integra a atribuição do Ministério Público Federal. A busca do correto cumprimento das sentenças internacionais de direitos humanos, emitidas por Corte reconhecida pela Constituição brasileira, também integra a atribuição do Ministério Público Federal. Em consequência, o Ministério Público Federal não pode descumprir a Convenção Americana de Direitos Humanos, que exige o total cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (artigo 68.1).

13. A solução conciliatória reclama ainda que, para não cumprir a sentença da Corte, é necessário suscitar no Supremo Tribunal Federal a *declaração de inconstitucionalidade* do reconhecimento da jurisdição da Corte ou *pedir interpretação conforme* a Constituição, com o objetivo de definir se as sentenças da Corte só devem ser cumpridas se estiverem alinhadas com a interpretação do Supremo Tribunal Federal. É preciso definir se o Brasil pode manter o reconhecimento da jurisdição da Corte e da Convenção Americana de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, decidir não cumprir a sentença da Corte com base no argumento de que é inconstitucional ou ofensivo à competência do Supremo Tribunal Federal (STF).

[...] **16.** A solução conciliatória considera que a denúncia da Convenção Americana é vedada pela Constituição e, mesmo que ocorresse, não dispensaria o Brasil de cumprir a sentença no caso *Gomes Lund*. A autoridade do Supremo Tribunal Federal como principal guardião da Constituição e responsável pelo *controle de constitucionalidade* e a autoridade da Corte como guardiã da Convenção Americana de Direitos Humanos e responsável pelo *controle de convencionalidade* é de ser conciliada, para que as decisões internacionais possam ser internalizadas nos países membros da Convenção.

[...] **19.** Por isso, subsiste a obrigação do Brasil de dar cumprimento interno às decisões da Corte, uma vez que a decisão do Supremo Tribunal Federal

não afeta o controle de convencionalidade internacional, que, como vimos, tem também fundamento constitucional¹²¹.

Além disso, não se pode admitir que o Estado brasileiro execute lentamente tal condenação, porque já são mais de 30 anos que as vítimas ou seus familiares, assim como toda a sociedade estão esperando pela busca da justiça e da verdade. Não é nenhum pouco aceitável que o Brasil continue desrespeitando às determinações internacionais e prolongando as violações de direitos humanos.

5.4 A prioridade da aplicação do direito mais favorável à pessoa humana

Ao tratar da passagem do Regime Militar para um governo democrático no Brasil, vimos que a justiça de transição contou com a Lei da Anistia para alcançar a pacificação e reconciliação, entretanto, essa medida que aconteceu em 1979, ainda tem gerado repercussões jurídicas tanto no âmbito nacional quanto no internacional. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Estado brasileiro no caso "Gomes Lund e Outros", salientando a incompatibilidade do sistema jurídico brasileiro com a proteção de direitos humanos no que diz respeito à ditadura militar.

Contrariando esse posicionamento, a decisão da ADPF nº 153 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) continua mantendo a constitucionalidade da Lei da Anistia, mesmo que perante a Corte Interamericana não seja compatível com a ordem internacional, já que não respeita os direitos humanos estabelecidos no Pacto de São José da Costa Rica.

Fica visível a desconformidade existente entre o direito doméstico e o direito internacional, precisando de uma compatibilização da ordem jurídica interna com a internacional para melhor efetivar a proteção dos direitos humanos. Mas caso não haja essa conformação, existindo divergência entre norma interna e tratado internacional, em matéria de direitos humanos, desconsidera o critério hierárquico das normas, e toma como referência para aplicação aquela que for mais favorável à preservação dos direitos humanos:

¹²¹ BRASIL. Ministério Público Federal, Coordenação Criminal da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República. **Reunião Interna de Trabalho n. 1/2011- Sobre efeitos domésticos da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil e as atribuições do Ministério Público Federal**. Brasília, 21 de março de 2011. p. 5-7. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/justica-transicao/documentos/decisoes-e-atosadministrativosinternos/2a%20Camara%20-%20Doc.%201%20-%20Caso%20Gomes%20Lund%20versus%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22/03/2019.

[...] Em outras palavras, no plano material não há que se falar, ou melhor, é irrelevante falar em hierarquia entre as normas de direitos humanos. Por quê? Porque, por força do princípio ou regra *pro homine*, sempre será aplicável, no caso concreto, a que mais amplia o gozo de um direito ou de uma liberdade ou de uma garantia. Materialmente falando, portanto, não é o status ou a posição hierárquica da norma que vale, mas o seu conteúdo, porque sempre irá preponderar a que mais assegura o direito¹²².

É preciso harmonizar o ordenamento jurídico brasileiro com o sistema normativo internacional, e enquanto essa adequação não for feita, não há dúvidas que em caso de conflito entre eles, deve ter primazia o que estabelece normas mais eficazes na proteção dos direitos humanos, porque mais uma vez se ressalta que a finalidade primordial das normas é de proteger a dignidade da pessoa humana. Devemos buscar a superação do descompasso entre direito doméstico e internacional pelo bem maior que é a pessoa humana:

A necessidade primordial de proteção e efetividade aos direitos humanos possibilitou, em nível internacional, o surgimento de uma disciplina autônoma ao direito internacional público, denominada Direito Internacional dos Direitos Humanos, cuja finalidade precípua consiste na concretização da plena eficácia dos direitos humanos fundamentais, por meio de normas gerais tuteladoras de bens da vida primordiais (dignidade, vida, segurança, liberdade, honra, moral, entre outros) e previsões de instrumentos políticos e jurídicos de implementação dos mesmos. Como ressaltado por Flávia Piovesan, 'o Direito Internacional dos Direitos Humanos visa a garantir o exercício dos direitos da pessoa humana'¹²³.

Sendo dever do Estado brasileiro assegurar meios de aplicação efetiva da norma mais benéfica para seus cidadãos, assumindo, se necessário, sua responsabilidade e compromissos internacionais para isso.

O controle jurisdicional para harmonizar o direito doméstico aos tratados internacionais é justamente para assegurar a norma mais favorável na preservação da dignidade da pessoa humana, caso o direito interno consiga beneficiar mais a pessoa humana, ela irá prevalecer, caso contrário, deverá ser aplicado o direito internacional:

¹²²GOMES, Luiz Flávio. **Direito Internacional dos Direitos Humanos: validade e operacionalidade do princípio *pro homine***. De Jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 11, p. 494-503, jul./dez. 2008. p. 499. Disponível em: < https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/31451/direito_internacional_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 26/03/2019.

¹²³MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais: Teoria geral- comentários aos arts 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed. Atlas. São Paulo, 2011. 9ª ed. p. 16. Disponível em: < <https://linaadv.files.wordpress.com/2016/03/direitos-humanos-fundamentais-teoria-geral-alexandre-de-moraes.pdf>>. Acesso em: 22/03/2019.

De qualquer modo, em matéria de direitos humanos quando os tratados internacionais conflitam com a constituição brasileira (esse é o caso da prisão civil do depositário infiel) a solução não pode ser buscada no princípio da hierarquia. Não funciona (no conflito entre os tratados e a constituição) a hierarquia, sim, o princípio *pro homine*, que significa o seguinte: sempre prepondera a norma mais favorável ao ser humano. Não importa a hierarquia da norma, sim o seu conteúdo. O mais favorável prevalece. Não há que se falar em revogação da norma constitucional que conflita com o tratado. Todas as normas continuam vigentes. Mas no caso concreto será aplicada a mais favorável¹²⁴.

A maior preocupação é na tutela dos direitos da pessoa humana, independente da hierarquia existente entre as normas domésticas e internacional, o objetivo mor deve ser a defesa do ser humano, assim, devendo prevalecer no caso concreto aquela que melhor o fizer:

Os tratados de direitos humanos, precisamente porque são celebrados não somente para estabelecer um equilíbrio de interesses entre os Estados, senão, sobretudo, para garantir o pleno gozo dos direitos e das liberdades do ser humano, devem ser interpretados restritivamente quando limitam os direitos do ser humano e, ao contrário, ampliativamente quando possibilitam o seu desfrute ou gozo. Nisso reside o conhecido princípio *pro homine*. Uma norma do direito interno, ainda que seja infraconstitucional, se contemplar um determinado direito com maior amplitude que os TDH, deve reger o caso concreto. Sempre deve ser aplicada a norma mais ampliativa, a que mais otimiza o exercício do direito¹²⁵.

Entretanto, há um descaso do sistema normativo brasileiro com o direito internacional, isso implica na negligência na proteção dos direitos humanos, e a perspectiva estabelecida pelo STF pode demonstrar mais que desatenção com as normas e compromissos internacionais, sendo também uma forma de ignorância e desprezo por parte do Brasil¹²⁶:

Que traços comuns poderíamos reter entre tão diferentes casos? Ao menos três. Em primeiro lugar, todos desembocam em decisões que *atravancam a prestação jurisdicional do Estado no plano interno e comprometem a imagem do Brasil no plano externo*, seja pela simples obscuridade formal das sentenças, seja por sua incapacidade de encontrar, no mérito, soluções

¹²⁴GOMES, Luiz Flávio. **Decisão histórica do STF: fim da prisão civil do depositário infiel**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI75380,101048-Decisao+historica+do+STF+fim+da+prisao+civil+do+depositario+infiel>>. Acesso em: 10/04/2019.

¹²⁵GOMES, Luiz Flávio. **Direito Internacional dos Direitos Humanos: validade e operacionalidade do princípio *pro homine***. De Jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 11, p. 494-503, jul./dez. 2008. p. 501. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/31451/direito_internacional_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 26/03/2019.

¹²⁶Ventura considerou que “o indeferimento da ADPF 153 contribui para o aprofundamento da mescla entre a ignorância e o desprezo pelo Direito Internacional público que ainda caracterizam a cultura jurídica brasileira”. VENTURA, Deisy. **A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional**. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição. Ed. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. N.4. p.196-227, jul./dez. 2010. p. 199-200. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30001.pdf>>. Acesso em: 10/02/2019.

jurídicas à altura das demandas. Em segundo lugar, o STF, confirmando a já mencionada ideia da Supremocracia, procura abocanhar competências do Poder Executivo em matéria internacional. Paradoxalmente, o faz – e aí emerge o terceiro traço comum entre os casos citados – demonstrando assombrosa imperícia no que diz respeito ao Direito Internacional. O enfoque da Corte, ao enfrentar processos que envolvem diversas ordens jurídicas e jurisdições internacionais, regionais e/ou locais, é eminentemente *estatalista*, baseado no Direito Interno. Quando muito, os ministros aplicam a norma internacional se e quando ela está em concordância com ou é equivalente ao direito interno; neste caso, é o último, e não o Direito Internacional, que o juiz está ‘preparado, técnica mas também psicologicamente, para aplicar e fazer respeitar’. Logo, de modo geral, o *STF aplica pouco e mal o Direito Internacional*; ignora o grande debate contemporâneo sobre a internacionalização do Direito e o transconstitucionalismo; raramente ultrapassa os manuais mais batidos, não raro desatualizados, da doutrina internacionalista; praticamente despreza a jurisprudência internacional e vale-se escassamente do Direito Comparado, quase sempre incorrendo, quando o faz, em grandes incompreensões dos sistemas jurídicos alheios. Assim, posta em perspectiva com essas decisões recentes do STF, a ADPF 153 dá continuidade a uma postura que pode ser definida como provincianismo jurídico¹²⁷. (grifo original)

Mas, o Brasil precisa mudar sua postura, não só no âmbito judiciário, mas em todos, porque o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana não são decorrentes dela pertencer nacionalmente a um Estado, mas são essenciais da dignidade da pessoa humana, que seria propriamente por ser única e insubstituível, sendo um ser de proteção universal. Logo, a decisão da CIDH é resultado de um processo de internacionalização dos direitos humanos, que passam a ser reconhecidos como sujeitos de direito perante a ordem internacional, já que sua proteção é tão importante que não pode ficar restrita ao âmbito interno de cada Estado. Por isso, foi possível buscar a responsabilização do Estado do Brasil pelos crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia¹²⁸.

O Estado é obrigado a fazer a proteção nacional de que a pessoa humana precisa, e subsidiariamente caberá à Comunidade internacional fazê-la, ficando o Estado submetido a cumprir as determinações feitas no cenário exterior em prol da proteção dos direitos básicos da pessoa humana.

Por isso, no caso concreto, o Estado brasileiro, em situação de conflitos entre o direito doméstico e internacional em relação aos direitos humanos, deve se ater ao princípio *pro homine*, que visa a aplicação da norma que garanta de forma mais

¹²⁷ VENTURA, Deisy. A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição. Ed. Ministério da Justiça. Brasília, 2010. N.4 p.196-227, jul./dez.2010. p. 204. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30001.pdf>>. Acesso em: 10/02/2019.

¹²⁸ PINTO, J. C. M. **A responsabilidade do brasil pelos crimes contra humanidade: análise do julgamento “Gomes Lund e outros”**. Revista Prolegómenos- Derechos y Valores. Vol. XVI, n. 32. Bogotá, Jul/Dez 2013, p. 69-85. p. 72-74.

eficaz e ampla os direitos humanos:

[...] HERMENÊUTICA E DIREITOS HUMANOS: A NORMA MAIS FAVORÁVEL COMO CRITÉRIO QUE DEVE REGER A INTERPRETAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

– Os magistrados e Tribunais, no exercício de sua atividade interpretativa, especialmente no âmbito dos tratados internacionais de direitos humanos, devem observar um princípio hermenêutico básico (tal como aquele proclamado no Artigo 29 da Convenção Americana de Direitos Humanos), consistente em atribuir primazia à norma que se revele mais favorável à pessoa humana, em ordem a dispensar-lhe a mais ampla proteção jurídica.

– O Poder Judiciário, nesse processo hermenêutico que prestigia o critério da norma mais favorável (que tanto pode ser aquela prevista no tratado internacional como a que se acha positivada no próprio direito interno do Estado), deverá extrair a máxima eficácia das declarações internacionais e das proclamações constitucionais de direitos, como forma de viabilizar o acesso dos indivíduos e dos grupos sociais, notadamente os mais vulneráveis, a sistemas institucionalizados de proteção aos direitos fundamentais da pessoa humana, sob pena de a liberdade, a tolerância e o respeito à alteridade humana tornarem-se palavras vãs.

– Aplicação, ao caso, do Artigo 7º, n. 7, c/c o Artigo 29, ambos da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica): um caso típico de primazia da regra mais favorável à proteção efetiva do ser humano¹²⁹.

É evidente que além do cumprimento obrigatório da sentença CIDH no “Caso Gomes Lund”, essa atitude refletirá um avanço no processo de internalização das normas internacionais de direitos humanos, demonstrando que a preocupação maior é com o sujeito internacional, ou melhor, universal de direitos humanos que foi colocado como a medida do que deve ser justiça e proteção da dignidade da pessoa humana.

Além disso, demonstrará a evolução e o crescente desenvolvimento do Direito Internacional, porque vai ser a confirmação de que o Direito Internacional de Direitos Humanos não deve ser um sistema normativo apartado do contexto jurídico nacional do Estado¹³⁰, mas pelo contrário, é uma aplicação real da eterna busca de concretizar a máxima proteção dos direitos humanos.

¹²⁹ BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 90.450/MG**. Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 23/09/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: NDJe-025 DIVULG 05-02-2009 PUBLIC 06-02-2009 EMENT VOL-02347-02 PP-00354 LEXSTF v. 31, n. 361, 2009, p. 316-355. Disponível em: < <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14718120/habeas-corpus-hc-90450-mg>>. Acesso em: 22/03/2019.

¹³⁰ TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014. p. 196.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto, o Brasil passou por um período de cerceamento de direitos fundamentais e de várias violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar. Sendo que o resultado disso não ficou limitado só ao seu regime de exceção, continuou refletindo no contexto atual, com destaque para o judiciário doméstico e internacional que foram questionados sobre uma das medidas adotadas pela justiça de transição: a Lei de Anistia.

Decorrente desse quadro de violações, o governo brasileiro preferiu encobrir os crimes cometidos na Ditadura Militar e deixar impune tanto os militantes subversivos ao Estado brasileiro quanto os agentes públicos responsáveis por inúmeras violações graves de direitos humanos, através da promulgação da Lei nº 6.683/79.

A Lei de Anistia visava a pacificação e reconciliação mediante o impedimento de investigação e punição dos culpados por crimes que violavam os direitos humanos. Seria uma troca impositiva entre a não realização de justiça pela instalação da democracia.

O Estado brasileiro se omitiu quando ele deveria ser o responsável por procurar as respostas, dar explicações, buscar a verdade, averiguar as ilegalidades e condenar os culpados pelas violações cometidas durante um período em que o próprio governo defendia tais práticas como também as comandava.

Assim, as vítimas, seus familiares e toda a sociedade permaneceram sendo vítimas ao serem impossibilitadas de buscarem justiça, punição dos criminosos, reparação dos danos e esclarecimentos dos fatos.

Com o novo contexto democrático e com uma Constituição Cidadã que tutela diversos direitos e garantias fundamentais que pretendem proteger o ser humano e toda sua dignidade, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados – OAB viu uma esperança para mudar a realidade propondo a ADPF nº 153/DF.

Entretanto, o STF assumiu uma postura autoritária e julgou improcedente a ADPF nº 153, confirmando a validade da Lei de Anistia, e conseqüentemente, reafirmando a impossibilidade de se buscar no judiciário a punição dos agentes militares que praticaram graves violações de direitos humanos.

Vale ressaltar, que a decisão do STF sobre a ADPF nº 153 contrariava os direitos humanos e a jurisprudência firmada pela Corte Interamericana de Direitos

Humanos. E diante do fracasso na tentativa de resolver internamente os problemas relativos à Ditadura Militar, a Convenção Americana foi solicitada para apreciar a atuação do Estado brasileiro na Ditadura Militar, levando à Corte o Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) para buscar uma solução para as vítimas e seus familiares.

Como a declaração de constitucionalidade feita pelo STF sobre a Lei de Anistia só tem validade na ordem interna, os tribunais internacionais não são vinculados por ela, e por isso, a Corte Interamericana averiguou a conformidade da Lei nº 6.683/79 com o direito do Pacto de São José da Costa Rica, declarando a incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Além disso, condenou o Estado brasileiro por não se adequar aos tratados internacionais de direitos humanos subscritos por ele e nem proteger de forma plena e efetiva a pessoa humana. Uma vez que o seu judiciário optou por perpetrar as violações de direitos humanos, e continuou obstaculizando a investigação, julgamento e punição dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, não só no episódio da Guerrilha do Araguaia, mas em todos os fatos do seu regime de exceção.

Dessa forma, é necessário que o Brasil cumpra as determinações feitas na sentença expedida pela CIDH no “Caso Gomes Lund”, cumprindo como Estado Parte sua obrigação de honrar os compromissos assumidos perante a comunidade internacional, principalmente para proteger quem é o centro de todos os ordenamentos normativos- a pessoa humana.

Já faz parte do entendimento do judiciário brasileiro que em caso de divergência de direito doméstico e direito internacional em matéria de direitos humanos deve prevalecer a mais benéfica para a pessoa humana. Então, nesta situação, fica evidente que o Brasil tem que escolher por aplicar o direito internacional de direitos humanos por ser um sistema normativo mais completo, amplo e eficaz na proteção da dignidade da pessoa humana.

O Supremo Tribunal Federal errou ao julgar a ADPF nº 153, porque não observou os tratados internacionais de direitos humanos e muito menos tomou como parâmetro o entendimento jurisprudencial da Corte Interamericana sobre as leis de anistia. E fica perceptível que não fez isso por falta de conhecimento do direito internacional, mas pelo contrário, se posicionou tendo ciência de que estava

contrariando o sistema normativo interamericano e que não estava atuando da melhor forma na proteção dos direitos da pessoa humana, mas que estavam preferindo rejeitar o direito internacional e consolidar a sua supremacia.

O descaso por parte do Estado brasileiro em relação ao direito internacional não começou no julgamento da ADPF nº 153, se iniciou quando o Brasil escolheu fazer parte de tratados internacionais, mas não cumpriu seu dever de adaptar as suas normas internas a eles. A obrigação da norma interna estar de acordo com as convenções subscritas pelo Estado do Brasil existe antes mesmo dela ser questionada por terceiros, porque cabe ao Estado *ex officio* honrar seu compromisso internacional de adequar o direito doméstico ao direito internacional no instante que optou por fazer parte deste.

Sendo incabível, em qualquer circunstância, o Estado Parte invocar seu direito interno para se desobrigar a cumprir com suas responsabilidades internacionais, até mesmo, porque sua norma interna não deveria estar em desconformidade em relação ao tratado internacional do qual ele escolheu fazer parte. Ainda mais quando se tratar de direitos humanos, porque como já foi dito, o objetivo de qualquer ordem normativa deve ser o bem da pessoa humana, então se sua norma não for a melhor para proteger os direitos humanos e o Estado aderiu a outras internacionais, ele deve aplicar e garantir o conjunto normativo mais eficaz na proteção da pessoa humana.

Além disso, o Estado brasileiro precisa entender melhor sua participação na consolidação do Direito Internacional, até porque o objetivo deste é aperfeiçoar as normas internas, principalmente garantir os direitos humanos. Devendo o Brasil atuar de forma conjunta ao Direito Internacional de Direitos Humanos para concretizar a justiça e proteção da pessoa humana.

Diante disso, o Estado brasileiro não pode falhar outra vez com as vítimas, seus familiares e a sociedade, mesmo que de forma tardia, deve obedecer às recomendações feitas pela CIDH para tentar consertar um pouco do mal que já está estabelecido. Apesar de não conseguir reparar os danos integralmente, o cumprimento total da sentença condenatória proferida pela Corte interamericana é uma forma de reformatação do entendimento jurisdicional brasileiro, na tentativa de se atribuir ao direito internacional o valor adequado e de passar a encará-lo como um meio complementar e eficiente no aprimoramento da proteção dos direitos humanos.

O cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direito Humanos pelo Brasil é o primeiro passo que se espera da caminhada de amadurecimento da valoração do direito internacional no âmbito brasileiro. É uma medida extremamente necessária como forma do Estado brasileiro reconhecer a importância do direito internacional, como também admitir que possui responsabilidades na ordem externa.

Porque, de nada adianta o Estado brasileiro aderir ou ratificar múltiplos tratados internacionais de direitos humanos, se na prática a intenção não for de cumpri-los. Para gerar resultados eficientes, o Brasil deve se sujeitar a eles e também os garantir, propiciando a procura constante da máxima dignificação da pessoa humana.

O Estado brasileiro não pode se eximir da realização de seus deveres, como guardião de seus cidadãos deve buscar a proteção e mais ainda alcançar a justiça e a verdade, formando uma memória nacional que evite a repetição de uma temporada de privação de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMBOS, Kai. El marco jurídico de la justicia de transición. In: MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). **Justicia de Transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España**. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung. p. 23-129. 2009. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=c6012f10-4557-5aa7-12dc-cac8ef7c350f&groupId=252038>. Acesso em: 05/03/2019.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; COUTINHO, Isabella Maraschin. **A efetivação do direito à memória e à verdade no contexto brasileiro: o julgamento do caso Julia Gomes Lund pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Revista de Direito Internacional. Brasília. v.9. n.1. p.125-42. jan./jun. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 13/03/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.030**, de 14 de dezembro de 2009. Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7030.htm>. Acesso em: 17/03/2019.

BRASIL. **Lei n. 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Lei de Anistia Brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 13/03/2019.

BRASIL. Ministério Público Federal, Coordenação Criminal da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República. **Reunião Interna de Trabalho n. 1/2011- Sobre efeitos domésticos da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil e as atribuições do Ministério Público Federal**. Brasília, 21 de março de 2011. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/justica-transicao/documentos/decisoes-e-atosadministrativosinternos/2a%20Camara%20-%20Doc.%201%20-%20Caso%20Gomes%20Lund%20versus%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22/03/2019.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. **Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 153/DF**. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/586_ADPF%20153%20-%20peticao%20inicial.pdf>. Acesso em: 13/03/2019.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF**. Relator: Min. Eros Grau. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Brasília, 29 de abril de 2010. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960> - Acesso em: 13/03/2019.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 90.450/MG**. Relator: Min. CELSO DE MELLO. Data de Julgamento: 23/09/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: NDJe-025 DIVULG 05-02-2009 PUBLIC 06-02-2009 EMENT VOL-02347-02 PP-00354 LEXSTF v. 31, n. 361, 2009, p. 316-355. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14718120/habeas-corpus-hc-90450-mg>. Acesso em: 22/03/2019.

CALDAS, Roberto de Figueiredo. **Voto Fundamentado do juiz ad hoc Roberto De Figueiredo Caldas com relação à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund E Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil**, de 24 De novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/8c83125989d29928cf577ae08e4f22e3.pdf>. Acesso em: 20/03/2019.

CIDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf. Acesso em: 15/02/2019.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I. 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso em: 15/02/2019.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves apud WEICHERT, Marlon Alberto; FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Anistia, tortura, República e democracia**. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2010/02/12/5950> >. Acesso em: 20/02/2019.

DUTRA, Deo Campos; LOUREIRO, Sílvia Maria da Silveira. **A declaração de inconveniência da Lei de Anistia brasileira pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)**. Revista dos Tribunais. São Paulo. v.101. n.920. p.183-203. jun. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/35818844/A_DECLARA%C3%87%C3%83O_DE_INCONVENI%C3%87%C3%83O_DA_LEI_DE_ANISTIA_BRASILEIRA_PELA_CORTE_INTERAMERICANA_DE_DIREITOS_HUMANOS_NO_CASO_GOMES_LUND_E_OUTROS_VS._BRASIL_GUERRILHA_DO_ARAGUAIA>. Acesso em: 01/12/2018.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Internacional dos Direitos Humanos : validade e operacionalidade do princípio pro homine**. De Jure: revista jurídica do Ministério

Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 11, p. 494-503, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/31451/direito_internacional_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 26/03/2019.

Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários das Nações Unidas *apud* **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Presidente: Juiz Diego García-Sayán. San José, 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf> Acesso em: 15/02/2019.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais: Teoria geral-comentários aos arts 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed. Atlas. São Paulo, 2011. 9ª ed. Disponível em: <<https://linaadv.files.wordpress.com/2016/03/direitos-humanos-fundamentais-teoria-geral-alexandre-de-moraes.pdf>>. Acesso em: 22/03/2019.

PINTO, J. C. M. **A responsabilidade do brasil pelos crimes contra humanidade: análise do julgamento “Gomes Lund e outros”**. Revista Prolegómenos- Derechos y Valores. Vol. XVI, n. 32. Bogotá, Jul/Dez 2013.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Coord.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2. ed., rev. e ampl.– v.4. Porto Alegre :Corag, 2010. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/584afef0870025.99675329/volume4_abertura_revista_e_ampliada.pdf>. Acesso em: 19/02/2019.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil**. Veritas. Porto Alegre, v.53, n.2, p. 150-178, 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/25530863.pdf>>. Acesso em: 15/02/2019.

TORRES, Edgard Marcelo Rocha; MOURA, Luiza Dimantino. **Verdade, memória e justiça no caso Gomes Lund e outros: uma análise a partir do conflito entre a sentença da CIDH e a confirmação da lei de anistia pelo STF**. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v.4. n.7. p.173-198. jun./abr. 2014.

VASCONCELOS, Enéas Romero. **A ADPF 153 e a obrigação de responsabilizar os autores de crimes nucleares: análise do caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil**. RevJurFA7, Fortaleza, v. VIII, n. 1, p. 199-214, abr. 2011.

VENTURA, Deisy. **A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional**. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição. Ed. Ministério da

Justiça. Brasília, 2010. N.4. p.196-227, jul./dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30001.pdf>>. Acesso em: 10/02/2019.

WEICHERT, Marlon Alberto; FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Anistia, tortura, República e democracia.** Disponível em:
<<http://www.oabsp.org.br/noticias/2010/02/12/5950> >. Acesso em:
20/02/2019.